



29 de **abril**

REVISTA DE HISTÓRIA



V2. n2



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

V789 29 de abril: Revista de História / coordenador Roger Domenech Colacios. - Maringá, PR: UEM/PPH, 2022.

Vol. 1 n. 2 (ago. 2022).

Periodicidade semestral.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/>.

1. História - Periódicos. 2. Historiografia - Periódicos.
3. Regionalismo - Periódicos. 4. Cultura - Periódicos. I.
Colacios, Roger Domenech, coord. II. Universidade Estadual de
Maringá. III. Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM).
IV. Título.

CDD 23.ed. 900

Márcia Regina Paiva de Brito CRB 9/1247

Equipe editorial

Coordenador da Revista pela Pós-Graduação

Prof. Dr. Roger Domenech Colacios (PPH/UEM)

Editores Chefes

Bruno Sanches Mariante da Silva (Pós-Doutorando PPH/UEM)

Pedro Carvalho Oliveira (Egresso Doutorado PPH/UEM)

Editor gerente

Guilherme Alves Bomba (Doutorando PPH/UEM)

Editores de Seção

Daniela Reis de Moraes (Doutoranda PPH/UEM)

Rodrigo dos Santos (Egresso Doutorado do PPH/UEM)

Editora de Textos

Regina Daefiol (Doutoranda – PPH/UEM)

Designer e redes sociais

Julia Piovesan Pereira (Mestranda PPH/UEM)

Layout

Sofia Alves Cândido da Silva (Mestranda PPH/UEM)

Secretaria

Cristiano de Oliveira Viana Correia (Mestrando PPH/UEM)

Gabriela Harumi Araki (Mestranda – PPH/UEM)

Giovana Eloá Mantovani Mulza (Doutoranda PPH/UEM)

Capa v.2 n.1

Tayane Ferreira de Almeida (Mestranda PPGH/UFPE)

Conselho editorial

Aline Vanessa Locastre - UEMS

Ana Heloísa Molina - UEL

Diego Luiz da Silva - FIOCRUZ

Eder da Silva Novak - UFGD

Fabio Pontarolo - UFFS

Geovanni Cabral – UNIFESSPA

Janaína Zdebskyi - UFSC

José Francisco dos Santos - UFOB

Paulo Julião da Silva - UFPE

Marcio Carreri – UENP

Marcos Pirateli – UNESPAR

Paulo Roberto Souto Maior Junior - UFRN

Priscila Gontijo Leite - UFPB

Rafaela Arienti Barbieri - UFSC

Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB

Thiago Groh de Mello Cesar - UFT

Thiago Henrique Pereira Ribeiro - UFRRJ

Wellington Amarante Oliveira – UFU

Wiliam Junior Bonete - UFPel

Sumário

Apresentação	4
A cegueira que produz sujeitos ausentes: Por uma metodologia de ensino antirracista e decolonial - Luiz Gustavo Mendel Souza	6
Para além da propriedade rural: a importância da reforma agrária como solução ambiental para o bioma brasileiro - Bruna dos Santos	26
A ausência de evangélicos no documentário “O Mito de Bolsonaro: o que pensam e como se organizam seus apoiadores?”, de Vice Brasil - Caius Costa Amaral de Sousa, Wander de Lara Proença.....	41
Do Queijo das Críticas aos Vermes da Inquisição: a vivência e as ideias heréticas de Domenico Scandella - Lucas Barroso Rego, Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima Nyland	50

Apresentação

Bruno Sanches Mariante da Silva
Pedro Carvalho Oliveira
Editores-chefes

A 29 de abril – Revista de História chega ao seu segundo número em um momento de intensa efervescência nacional e internacional. As eleições brasileiras, cercadas por ansiedades e perspectivas distintas sobre os próximos quatro anos, refletem os resultados de intensos anos recém passados, atravessados por uma pandemia, crise econômica e violência política. Na Ucrânia, a Rússia intensifica sua ofensiva para submeter seu vizinho a uma ordem definida por Moscou, perpetuando um cenário de violência e angústia. As disputas com a OTAN nos lembram da Guerra Fria, sobretudo quando as ameaças de uso de armas nucleares são colocadas à mesa. Ao mesmo tempo, estamos diante de um momento crítico da situação ambiental: analistas responsáveis pedem mudanças drásticas no comportamento econômico internacional, pois os prognósticos para o futuro são desoladores.

Trata-se, portanto, de um momento que, como muitos, exigem dos profissionais da história um envolvimento intenso. Devemos nos lembrar do que nos disse Marc Bloch, em “Apologia da História ou o ofício de historiador”: a história, ao olhar para o passado, deve fazê-lo buscando responder a questionamentos do presente. Afinal, o presente é aquilo que o passado permitiu; um passado que não está morto e enterrado, como argumenta François Bédarida em “Tempo presente e presença na história”, pois continua a assombrar nosso tempo. Portanto, conhecer os desdobramentos dos processos humanos que têm causado tanta repercussão, nacional e internacionalmente, é um exercício fundamental para pensarmos na garantia de dias menos sombrios. Aperfeiçoar as relações humanas deve ser um propósito da história.

Neste sentido, as contribuições que compõem esta edição colaboram com isto ao olharem para o presente sem se esquecer de sua intrínseca relação com o passado. Em *A cegueira que produz sujeitos ausentes: por uma metodologia de ensino antirracista e decolonial*, Luiz Gustavo Mendel Souza nos fornece um olhar acurado sobre a persistência de um tipo de ensino, no qual o racismo e o colonialismo se apresentam mesmo diluídos em conteúdos que aparentemente buscam se desfazer destes problemas. Repensar métodos de ensino de história é, para o autor, uma forma de

resolver questões relacionadas à persistência do sistema de ideias racistas que se perpetua em nossas sociedades.

O artigo *Para além da propriedade rural - A importância da Reforma Agrária como solução ambiental para o bioma brasileiro*, de Bruna dos Santos, nos fornece um espaço de reflexão sobre o passado e o presente das questões ambientais brasileiras, centralizando seu debate na ação política. É, portanto, um texto que se debruça sobre um ponto crucial para a conjuntura por nós vivida: a do temor quanto a problemas ambientais. Já em *A ausência de evangélicos no documentário “O Mito de Bolsonaro: o que pensam e como se organizam seus apoiadores?”*, de Vice Brasil, Caius Costa Amaral de Souza e Wander de Lara Proença esmiuçam o contexto sociopolítico nacional, tendo em vista a relação do atual governo com a religião, um dos instrumentos mais utilizados pela política contemporânea desde o século XX.

Por fim, Lucas Barroso Rego e Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima Nyland encerram a edição com *Do Queijo das Críticas aos Vermes da Inquisição: a vivência e as ideias heréticas de Domenico Scandella*, relevante análise sobre a importância de recorrermos à história para decifrarmos a persistência de ideários como a visão sobre a religiosidade como instrumento de poder. O texto busca em um clássico da historiografia a fonte para o debate que imprime, dialogando com o passado com os pés no presente.

A cegueira que produz sujeitos ausentes: Por uma metodologia de ensino antirracista e decolonial

The blindness that produces absent subjects: For an anti-racist and decolonial teaching methodology

Luiz Gustavo Mendel Souza
Doutor em Antropologia (IFBA)

Resumo: Este artigo é fruto de uma reflexão teórica sobre as dificuldades apresentadas pelo corpo de discentes e docentes, dos cursos que ministrei, em encontrar o sujeito histórico negro nas fontes do século XIX. Compreendo tal fragilidade como um legado cruel de uma formação colonializada produtora de uma cegueira epistêmica e invisibilizadora de sujeitos históricos. Tais práticas colonializadas foram manifestadas por profissionais da educação em 2019, dezesseis anos após a implementação da lei 10.639/03, o que denuncia a forte presença do silenciamento Moderno dos sujeitos outros, que garantem a perpetuação do “véu da raça” e o confinamento de sujeitos históricos na “zona do não-ser”.

Palavras-chave: véu da raça; zona do não-ser; decolonial

Abstract: This article is the result of a theoretical reflection on the difficulties presented by the body of students and teachers, from the courses I taught, in finding the historical black subject in the sources of the nineteenth century. I understand this fragility as a cruel legacy of a colonialized formation that produces an epistemic blindness and makes historical subjects invisible. Such colonialized practices were manifested by education professionals in 2019, sixteen years after the implementation of law 10.639/03, which denounces the strong presence of the Modern silencing of other subjects, which guarantee the perpetuation of the "veil of race" and the confinement of historical subjects in the “zone of non-being”.

Keywords: veil of race; zone of non-being; decolonial

A cegueira que produz sujeitos ausentes¹

Este artigo foi elaborado através de determinadas constatações e anotações que realizei após ministrar algumas aulas sobre a temática “Educação étnico-racial e ensino de História”. A ideia

¹ Uma primeira versão desse texto foi originalmente preparada para o XIII Encontro Estadual de História "História e mídias: narrativas em disputas" ANPUH-PE em 2020. Sendo reelaborado com os comentários e as contribuições oferecidas dentro do evento.

básica do curso era apresentar as fontes históricas que se encontram no site “*slaveryimages*”², um repositório de documentos imagéticos sobre a presença do comércio de escravizados pelo mundo. Nas pinturas realizadas no Brasil oitocentista feitas por Johann Moritz Rugendas, Jean Baptiste Debret, além da obra de outros artistas que se encontram no site, percebemos os ambientes rurais e urbanos, públicos e privados que são atravessados pelos corpos negros. Uma realidade retratada pelas tintas dos pinceis e das canetas de viajantes como o do jovem Manet que escreveu para sua mãe em meados do século XIX, ao desembarcar no porto da cidade do Rio de Janeiro: “pelas ruas veem-se somente negros e negras, pois os brasileiros saem pouco, e as brasileiras menos ainda.” (MANET, 2002, p. 76). O olhar estrangeiro espanta-se com a presença de sujeitos bem presentes no cotidiano brasileiro, espanto este que parece ter esvanecido com o passar dos séculos, pois, o olhar de meus interlocutores nas aulas de ensino de História não percebe o óbvio. É como se meus alunos e alunas fossem acometidos por uma cegueira, um olhar embotado que invisibiliza os sujeitos das fontes históricas, um tipo de cegueira epistêmica. Para exemplificar tal fato, descrevo uma cena em que os sujeitos históricos negros são invisibilizados pelo véu da escravidão que embaça olhar dos futuros historiadores, apagando, desta forma, todas as formas outras de ser, pensar e de existir.

A cena é a seguinte: em um curso de formação continuada para a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes³, estou ministrando uma sessão sobre a utilização de fontes históricas de artistas do século XIX que buscaram pintar as cenas do cotidiano brasileiro em meados deste mesmo século. As pinturas escolhidas são as de Rugendas e de Debret, material que aponta para uma cidade negra. Seleciono uma sequência de dezesseis imagens para pedir aos meus interlocutores que descrevessem as cenas pintadas. É curioso o quanto as respostas ofertadas nas três primeiras imagens se resumiam ao fato de as fontes retratarem “apenas os escravos”, “trabalho escravo”, “escravos dentro da cidade”, “escravos circulando pela cidade”.

Essa sessão ofertada foi baseada na minha experiência dentro dos cursos de Estágio Docência e Ensino de História para a licenciatura da Universidade Federal Fluminense, também

² Link para acesso do site: <http://www.slaveryimages.org>

³ Curso de Formação Continuada em História e Cultura Afro-brasileira, ele foi oferecido para professores da rede municipal de ensino organizado pela Prefeitura de Campos, através da parceria da Superintendência Municipal de Igualdade Racial (Supir) e a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte (Smece) em cumprimento da Lei 10.639/03. O evento também contou com a parceria realizada com a Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFF-ESR), onde lecionava, e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. O título do curso que ofereci foi: “Exploração dos recursos didáticos para a elaboração de instrumentos para uma aula antirracista”

no mesmo município. Os discentes da universidade encontravam uma dificuldade imensa ao explorar as fontes, a maioria não conseguia entender que dentro daquelas imagens estavam sujeitos históricos ocupando os centros urbanos e zonas rurais, fato que despertava o espanto e a curiosidades dos artistas e viajantes do século XIX e o motivo da ênfase nestas obras. A proposta deste exercício era tentar demonstrar aos discentes a cegueira que o projeto colonial (RUFINO, 2019) gerou em nossa Educação ao ponto de silenciar a presença de indivíduos e individualidades ao travesti-los de escravos. A Lei 10.639/03⁴ foi uma conquista do movimento negro (GOMES, 2010 e MUNANGA; GOMES, 2006.), mas para que as ações afirmativas se tornem efetivos instrumentos de reparação histórica, precisamos ampliar nosso campo de atuação para entender e combater os processos de silenciamento histórico dos negros. Os resultados destes trabalhos se tornaram o material de um projeto de extensão “AFROBRASILIDADES” com recursos do Programa Municipal de Bolsas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e de Extensão da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. Foi através deste curso de extensão que recebi o convite para a realização do curso de formação continuada.

O curso foi ofertado para os professores da Prefeitura Municipal, a maioria era da área de Humanas e de Linguagens, mas todos os profissionais da educação também enfrentavam a mesma debilidade que os alunos universitários. Infelizmente esse era o movimento esperado devido aos resultados que obtive em 2019, tanto que se tornou meu principal campo de debate (SOUZA, 2020; SOUZA, 2021; SOUZA, 2021).

As fontes foram expostas, mas os sujeitos históricos são invisibilizados aos olhos dos professores e alunos de licenciatura. A questão que permanece é a seguinte: Por que os negros são entendidos apenas como e enquanto escravizados? Por que sua mão-de-obra é a única coisa percebida nas análises das fontes do século XIX pelos discentes e docentes? Qual o motivo para que eles não sejam compreendidos enquanto sujeitos?

Para responder estas questões, aproximo-me de uma literatura decolonial em busca de uma abordagem teórica que explique a invisibilização do negro enquanto sujeito histórico. Enquanto indivíduo portador de individualidade e conhecimento necessário para a construção da nação

⁴ Lei que torna obrigatória o ensino de estudos de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas disciplinas de História, Literatura e Artes.

brasileira, não apenas enquanto mão-de-obra, mas como personagens potentes de criação de mecanismos e agências transformadoras da realidade.

Voltando para a resposta dos docentes no curso de formação, muitos professores mencionaram que, em suas memórias, predominava o imaginário do negro sendo tratado igual a escravo nos livros didáticos no que diz respeito ao período colonial e imperial. Dentre as imagens que separei para a elaboração da aula, escolhi duas recorrentes nos livros didáticos, ambas eram sobre a utilização da mão-de-obra escrava no período de exploração da cana-de-açúcar e do ouro:



Figura 1: Técnicas e tecnologias do século XIX.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste, *Voyage Pittoresque et Historique au Bresil* (Paris, 1834-39), vol. 2, plate 18, p. 65. (Copy in the John Carter Brown Library at Brown University)



Figura 2: Lavagem do ouro das minas.

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. "Panning for Gold, Minas Gerais, Brazil, 1830s", *Imagens da Escravidão: Um Registro Visual do Comércio Africano de Escravos e Vida Escrava na Diáspora Africana Primitiva*, acessado em 1 de julho de 2020, <http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/924>

Os professores indicaram que reconheciam estas imagens dos livros didáticos ao abordarem a escravidão no Brasil.⁵ Para além das representações imagéticas, quando perguntados sobre as descrições relacionadas à escravidão nas aulas de História, alguns professores mencionaram a narrativa sobre os “tigres, que escravos urbanos responsáveis por carregarem barris com dejetos para dispensarem nos rios ou nos mares”.

⁵ Ambas as imagens se encontram no site “slaveryimages” e foram selecionadas após a exibição de um conjunto de fontes históricas nos cursos Teoria e Metodologia de Ensino II para a graduação e licenciatura de História (SOUZA 2020). Os alunos apontaram estas duas imagens como as mais recorrentes em seus livros didáticos de História ao se referir à escravidão no período Colonial e Império. Disponível em: <http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/page/welcome> Acessado em 2020.

O contato com estas falas e indicações dos professores da rede municipal de Campos dos Goytacazes demonstram o quanto o imaginário que envolve o negro na História do Brasil o resume apenas como mão-de-obra escrava, além de imagens caricatas. Martha Abreu e Hebe Matos (2012) nos alertam sobre o perigo que estas imagens folclóricas do negro enquanto personagens subservientes podem proporcionar para a autoestima dos alunos. Esse tipo de modelo de ensino não agrega em nada na formação identitária de uma nação em que o legado das violências da escravidão deixou raízes profundas. A temática da aula era sobre a representação do negro e os dados remetiam à escravidão, mas não havia percepção para além da força de trabalho.

Para exemplificar o exercício metodológico que utilizei no curso, convido o leitor a analisar a primeira figura novamente, mas com um olhar um pouco mais minucioso. A imagem trata de quatro escravizados de fato, mas para além do trabalho escravo, podemos ver quatro homens operando uma tecnologia de corte de vigas de madeira de dimensões consideráveis. Estamos tratando de um maquinário elaborado e operado em plena primeira metade do século XIX. Essa imagem foi feita por Jean Baptiste Debret, um pintor francês que veio ao Brasil junto com a missão francesa contratada por Don João VI. Debret se revezava entre pintar a glória do Império português, serviço pelo qual era pago, e nas horas vagas, buscava representar a vida social brasileira. Segundo Leenhardt (2013), este foi um legado de um artista que viveu a experiência da Revolução Francesa e que buscava retratar os trabalhadores em seu cotidiano, sendo este o principal motivador para a publicação das “Voyage Pittoresque et Historique au Brésil” em três volumes.

A escolha do desenho de Debret teve o intuito de instigar meus interlocutores a resgatar seus imaginários sobre a representação do negro através de uma fonte histórica que eles conheciam. A questão foi crucial para proporcionar aos profissionais da educação o constrangimento pelo fato deles não enxergarem algo além da mão-de-obra escrava que a fonte proporcionava. A ideia principal da exibição e análise da fonte era revelar outro fator: os escravizados não eram apenas os construtores, muitas das vezes eles eram os arquitetos, mecânicos e engenheiros que ergueram os complexos arquitetônicos do Brasil Colonial e Imperial. A fonte mostra, para além do trabalho, a tecnologia que eles operavam no cotidiano oitocentista, ou seja, mostra o forte caráter da produção, elaboração e operação de conhecimento técnico em engenharia e mecânica. A fonte mostra o trabalho e o conhecimento que os escravizados produziram. Mas o silenciamento destes conhecimentos é a incógnita que proponho analisar neste texto.

A estereotipação e a invisibilização do negro

O movimento inicial da aula foi a busca pela representação do negro no livro didático e no imaginário dos professores. O conjunto de informações obtido revela uma imagem congelada do negro, equivalente à mão-de-obra escrava na história brasileira. Esse modelo hegemônico é uma estereotipação do negro nos elementos oficiais de ensino, seja nos livros didáticos ou nas exposições orais dentro das salas de aula. Compreendo o estereótipo através da chave analítica de Homi Bhabha (2010) que se baseia na obra de Frantz Fanon:

Minha afirmativa está contida de forma esplêndida no título de Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, onde a recusa da diferença transforma o sujeito colonial em um desajustado - uma mímica grotesca ou uma "duplicação" que ameaça dividir a alma e a pele não-diferenciada, completa, do ego. O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. E uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2010, p. 117).

Essa estereotipação presente nas salas de aula inviabiliza qualquer tipo de entendimento do negro como um produtor de conhecimento, operador de maquinário, ou um sujeito que arquitetou e construiu os monumentos históricos no Brasil. O estereótipo não é uma falsa representação é, antes de tudo, uma representação engessada que silencia e assassina a ação do sujeito. Algo próximo aos moldes foucaultianos de relação de poder e que podemos relacionar aqui com o “dispositivo de racialidade” explorado por Sueli Carneiro (2005), segundo a autora:

[...] as sociedades multirraciais resultantes da colonização engendraram o dispositivo de racialidade como instrumento disciplinar das relações raciais. É nosso entendimento que esse dispositivo disciplinará as relações raciais nas sociedades pós-coloniais e as relações de soberania entre as nações racialmente inferiorizadas (CARNEIRO, 2005, p. 75).

Carneiro ampara-se na categoria analítica de Boaventura de Souza Santos para explorar os alicerces deste dispositivo e os silenciamentos que ele proporciona. Souza Santos (1997) denomina de “epistemicídio” toda forma de violência, silenciamento e assassinato da produção de conhecimento fora do padrão eurocêntrico. Segundo o sociólogo português, a ascensão da Modernidade europeia se fez e se estabeleceu no resto do mundo através da imposição canhões e baionetas, uma violência que centralizou a cultura europeia - entronizando-a como universal - e

colocou todas as formas outras de conhecimento “para além da linha abissal” (SOUZA SANTOS, 2009). A “linha abissal” é a demarcação das fronteiras epistêmicas (produtoras de conhecimento) que dividem o mundo entre a intelectualidade universal (forma de conhecimento permitida através da violência colonial) e as formas outras de conhecimento (entendidas como credices, misticismo, folclore, seitas, entre outros). Em outro texto Souza Santos demonstra: “que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como alternativa não-credível ao que não existe” (SOUZA SANTOS, 2002, p. 246). Essa seria a sua crítica a Razão Metonímica que reduz o todo pela parte, ou seja, que reduz todas as formas outras de conhecimento da humanidade pela pequena produção moderna europeia. Em suma, produz a não existência do que não cabe na totalidade da ciência moderna.

Nessa mesma linha, o sociólogo peruano Anibal Quijano (2009) enfatiza que a universalização da Modernidade teve como contrapartida a racialização do mundo não europeu. Para além do controle estatal do colonialismo, haveria a “colonialidade do poder”, uma forma de dominação sociocultural que teria em seu cerne a classificação social do outro (QUIJANO, 2009). Quijano compreende a racialização como a outra face da Modernidade, onde a centralização do cientificismo e a noção de civilidade europeia se fizeram sobre o assassinato das formas outras de política, sociedade, cultura, religião e, sobretudo, do saber. Walter Mignolo (2017) expande essa noção para a “colonialidade do ser”, onde o estabelecimento do padrão de ser tem como objetivo a desumanização de qualquer forma outra de existência. O conjunto destes autores é utilizado na elaboração de uma literatura decolonial⁶, mas a criação de um recorte teórico não teria a pretensão de suplantando as demais abordagens teórico-metodológicas. Segundo Boaventura de Souza Santos, a decolonialidade é a proposição de mais um viés analítico compondo uma ampla rede de debates teóricos sobre os temas de produção de conhecimento.

Nelson Maldonado-Torres resume a imposição deste modelo de produção de ser, saber e poder como catástrofe metafísica:

A colonialidade do saber, ser e poder é informada, se não constituída, pela catástrofe metafísica, pela naturalização da guerra e pelas várias modalidades da diferença humana que se tornaram parte da experiência moderna/colonial enquanto, ao mesmo tempo,

⁶ “O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p. 6).

ajudam a diferenciar modernidade de outros projetos civilizatórios e a explicar os caminhos pelos quais a colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade. Como eu já aponte, a “revolução” da “descoberta” não consistiu apenas de ações particulares, tais como uma desposseção sem precedentes e a eliminação da vida humana, mas também concebeu uma catástrofe metafísica e a emergência de um paradigma (um paradigma de guerra) com formas particulares do saber, ser, poder e subjetividade no seu centro (MALDONADO-TORRES, 2020, p.42).

Retomando as falas e as indicações dos profissionais da educação no curso de formação continuada, vemos como os elementos utilizados em sala corroboram para o “epistemicídio” do negro africano e afro-brasileiro nas aulas de História. O livro didático pode ser compreendido como constituinte da memória coletiva de uma dada sociedade (FERRO, 1983). Circe Bittencourt aponta que: “o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura” (BITTENCOURT, 1997, p. 72). Desta forma, as imagens e as abordagens dos temas tratados nos livros didáticos podem engessar e estereotipar a imagem dos negros, cobrindo-os com o “véu” que invisibiliza a raça:

Os mundos dentro e fora do Véu da Cor estão mudando, e mudando rapidamente, mas não no mesmo ritmo, não da mesma maneira; e isto deve produzir um estranho aperto na alma, uma sensação peculiar de dúvida e de confusão. Essa vida dupla, com pensamentos duplos, deveres duplos e classes sociais duplas deve dar origem a palavras duplas e a duplos ideais, e tentar o espírito a tomar o rumo do fingimento ou da revolta, da hipocrisia ou do radicalismo (DU BOIS, 1999, p. 179-180).

O processo de racialização moderno duplicou o ser do outro gerando duas opções impossíveis: aquela em que o sujeito se torna subalternizado por não participar do modelo hegemônico; e aquela em que o sujeito se inspira e busca reproduzir, mas jamais alcançará, pois tem como delimitador a cor da pele. A pigmentação revela e oculta, revela a diferença e oculta toda a possibilidade de potência transformadora através do conhecimento, cultura, religião, política e estética. Todos esses elementos são silenciados de tal forma que são invisibilizados diante dos olhos dos docentes e discentes.

Outra característica da colonialidade é a introjeção da diferença. A colonialidade do poder, saber e ser tornam-se a única forma de compreensão da realidade, normatizando e normalizando a subalternização do outro enquanto algo comum. Desta forma, concordo com Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2019) quando afirmam que o legado racista, patriarcal, heteronormativo e cristão é

a prova de que projeto de nação moderno deu certo. Tão certo que os negros continuam sendo resumidos enquanto mão-de-obra escravizada dentro e fora da universidade.

Epistemicídio e a produção da cegueira epistêmica

O segundo momento da aula foi a exibição das demais fontes históricas, tais como as duas primeiras figuras⁷, seguida de um debate sobre as possibilidades de enxergarmos os negros como sujeitos históricos que usavam o espaço público. A imagem escolhida para tratar do tema da invisibilização dos conhecimentos negros é a seguinte:



Figura 3: Obra de Debret

Fonte: Jean Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Bresil* (Paris, 1834-39), vol. 2, plate 46, p. 142

Ao serem questionados sobre a cena retratada por Debret, nenhum dos professores conseguiram averiguar a fonte. Deixo a mesma questão para você, leitor. Peço para que retome a imagem e se interroge: se seus olhos o permitem encontrar o sujeito histórico ou se sua perspectiva também está embaçada pelo “véu da raça”?

Vendo que minha primeira indagação obteve um resultado infrutífero, refiz minhas questões e propus um direcionamento para outro viés analítico: onde os personagens se encontram?

⁷ Além das imagens de Debret, foram utilizados os desenhos de: Daniel P. Kidder, *Sketches of Residence and Travels in Brazil* (Philadelphia and London, 1845, 2 vols.).

É uma cena rural ou urbana? O homem que está deitado no chão, qual seria o possível motivo? Quais são os instrumentos que o homem que está em pé está operando?

Tais questionamentos aproximaram meus interlocutores do cotidiano pintado por Debret no século XIX, mas não sem antes tê-los surpreendidos, principalmente para o título da obra: o cirurgião negro (*Le Chirurgien Negre*). Antes da elevação da medicina para a categoria de ciência no século XIX, as práticas medicinais e de curas eram realizadas pelos “barbeiros” e “sangradores”, sujeitos históricos que ocupavam os espaços públicos com seus conhecimentos e práticas (SCHWARCZ, 1993). Práticas estas que foram perseguidas pelo Estado quando a Saúde pública entrou na pauta dos interesses políticos (*ibidem*, 1993).

Novamente as indagações propostas tiveram por finalidade proporcionar aos professores o constrangimento para que eles entendessem como o silenciamento e o assassinato de qualquer tipo de interpretação dos saberes outros age subjetivamente. O “epistemicídio” é o legado de uma formação eurocentrada, onde limitamos nossas leituras sobre cultura, política, religiosidade e sociedade através dos moldes Modernos. A cortina de fumaça que embaça nossos olhos é o “véu da raça” que infantiliza, bestializa e animaliza a episteme negra exibida nas fontes. O estereótipo presente nos livros didáticos corrobora para a constituição desse imaginário racista cruel. Retomando os argumentos de Bittencourt: “O papel do livro didático na vida escolar pode ser de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder do estado” (BITTENCOURT, 1997, p. 73). Martha Abreu e Hebe Mattos (2012) alertam para o risco da presença das fontes históricas em sala de aula que tratam dos negros apenas como escravizados. A escravidão é um tema e uma questão necessária nas escolas, mas uma educação que se propõe antirracista precisa manifestar-se em aulas que demonstrem os negros como sujeitos históricos e não apenas como mão-de-obra cativeira e imagens caricatas.

Voltando para a execução do curso, a última parte da aula foi direcionada para a análise dos processos que corroboraram para “epistemicídio” e os efeitos da afirmação da Modernidade em detrimento da racialidade. Para isto, apresentei algumas imagens que remetiam as “exibições humanas” que ocorriam nas Feiras de Exposição Internacionais. As Feiras de Exposição expressavam o que havia de mais moderno nos séculos XIX e XX através dos eventos de exibição de tecnologias, da indústria e da liberdade (compreendida como o livre comércio). Segundo Nelson Sanjad:

A historiografia define as exposições internacionais como fenômenos geopolíticos da modernidade, nos quais estariam associados à ordem burguesa que se expandia pelo mundo, os movimentos nacionalistas e colonialistas que moldaram as relações internacionais da época e a emergência de uma “rede expositiva” ou de uma “cultura de exposições” que conectava distintos espaços e tempos da humanidade, possibilitando o desenvolvimento de um repertório e de um padrão na linguagem dessas exposições (SANJAD, 2017, p. 791).

A ideia de contraste entre os tempos da humanidade - a Modernidade e o “primitivo” - era expresso nas exposições humanas, bem comuns na Europa durante todo o século XIX até meados do XX. Nestes espaços eram exibidos os “representantes” das mais variadas populações, apresentados através de classificações como: “negro”, “selvagem”, “nativo” e “índio”. As exposições colaboraram para a reformulação da noção de civilização europeia através da bestialização e animalização dos outros povos, contribuindo para a afirmação dos interesses imperialistas. A Modernidade europeia era enaltecida através do contraste com os demais povos exibidos, embrenhando-se em um intenso emaranhado de interesses políticos nacionalistas e a legitimação científica da racialização dos povos. Os espaços de exposições humanas também eram atravessados por debates antropológicos, disputas teóricas dentro do campo do saber científico que corroboraram para a elaboração de elementos fundamentais para o desenvolvimento e a divulgação da ciência racialista da segunda metade do século XIX (QURESHI, 2011). No Brasil, estes debates permearam o universo acadêmico dos cursos de Direito e Medicina no século XIX, através de uma mescla de Antropologia voltada para a criminologia e da etnologia social de caráter evolucionista (SCHWARCZ, 1993). Para embasar esta discussão eu utilizei a imagem abaixo:

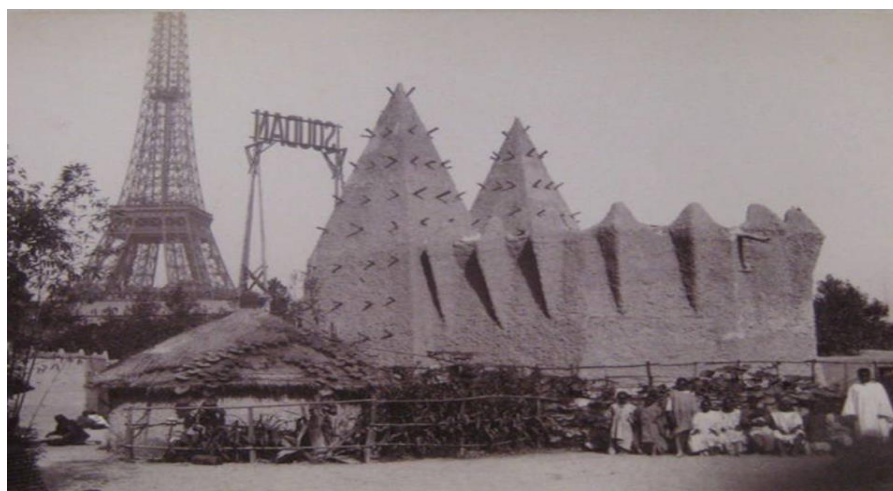


Figura 4: Fotografia das jaulas da exposição no Champs de Mars, Paris, em 1895.

Fonte: Reportagem da BBC Brasil sobre a exposição *Exibições – A Invenção do Selvagem* no Museu do Quai Branly.
Site: <https://umaincertaantropologia.org/2014/01/11/exposicao-relembra-shows-etnicos-com-humanos-exoticos-na-europa-bbc/>

E foi com olhares surpresos e estarecidos que os professores receberam a imagem. Nenhum deles teve contato com tal informação, tanto as que ocorreram na Europa nas Feiras de Exposição Internacionais quanto nos eventos de exibição humana. As pessoas eram expostas nos mais diversificados ambientes de consumo burguês como: circos, salões, praças públicas, tendas e zoológicos. O fato de os profissionais da educação não terem tido contato com essa informação não é um elemento novo, na realidade, os eventos causadores dos grandes traumas são atravessados pelas disputas de memórias e por uma ferramenta potente da história hegemônica: o silenciamento (POLLAK, 1989). Mas, quando abri para o debate, a questão que mais me surpreendeu na fala de um dos inscitos foi: “mas estas exposições não poderiam ser vistas como uma forma de homenagear estes povos?” Uma questão tão inacreditável que tratarei no tópico seguinte.

O negro quer ser branco, o branco assume a condição de humano

Frantz Fanon escreve: “o negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano.” (FANON, 2008, p.27). O psiquiatra segue esta lógica para demonstrar uma questão fundamental, o homem branco não precisa acionar sua identidade racial (branquitude), sua existência é tida como um padrão universal (CARNEIRO, 2005). Uma universalidade estabelecida através das baionetas e dos canhões (SOUZA SANTOS, 2009) que silenciaram e assassinaram todo e qualquer tipo de produção de conhecimento fora da Modernidade. O “epistemicídio” foi estabelecido através da classificação social - da racialização - dos povos não europeus (QUIJANO, 2009), lançando o resto do mundo para além de um abismo desconhecido. Para Souza Santos (2009) a “linha abissal” é a demarcação das fronteiras epistêmicas do mundo, ofuscando o sul epistêmico⁸ pelo obscurantismo do não-ser. Frantz Fanon já tratava da zona do não-ser na década de 60: “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2008, p.26). Segundo Fanon, a classificação social da negritude epidermiza o sujeito e o esvazia da

⁸ O sul epistêmico não seria, necessariamente, o sul geográfico. Pois há países no sul global que são tratados como europeus, como é o caso da Austrália e países no norte global que são tratados como pertencentes ao sul epistêmico, como é o caso do Haiti.

potencialidade humana, em suma, o insere na zona do não-ser. Sobre esta questão, Joaze Bernardino-Costa aponta que:

Os corpos negros foram produzidos como invisíveis, sem peso ontológico, habitantes da zona do não-ser, estereotipados pelo olhar imperial. Esta invisibilidade é diferente da invisibilidade sadista que institui um sistema de dominação como a ordem natural das coisas para o seu próprio proveito. A invisibilidade estrategicamente utilizada pelo eu-imperial é aquela em que ele define os termos da relação, porém não anuncia sua posicionalidade, fazendo com que a realidade pareça natural e inevitável. Tanto as relações de poder quanto a representação do sujeito colonial serão apresentadas como normais. Na esteira dessa invisibilidade estratégica será construído o mito da universalidade do conhecimento, como um conhecimento sem ponto de vista, desinteressado. Dentro desta lógica, os estereótipos que estouraram os tímpanos de Fanon, que o devolveram ao atraso e à antropofagia não seriam um conhecimento a partir de um ponto de vista particular, senão a ordem natural das coisas. O contingente é tomado como eterno (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 516-517).

A questão que finaliza o tópico anterior não é uma simples pergunta, defendendo que ela é a materialização da zona do não-ser da qual os negros são lançados violentamente. Mesmo sendo o tema final da aula, após a realização de todos os debates sobre as fontes históricas e o silenciamento do sujeito negro, a questão aparece revelando os efeitos do “véu da raça”. A pergunta revela os pilares da colonialidade na educação brasileira, a racialização do outro o esvazia da potência de humanidade e transforma uma exibição de seres humanos uma possível forma de “homenagem”. A bestialização e a animalização daqueles que são violentamente lançados à zona do não-ser são a contrapartida de naturalidade e normalidade gerada pela universalização do saber eurocêntrico. Em suma, a racialidade é a outra face da Modernidade (QUIJANO, 2009). A antropóloga Fátima Lima realiza uma análise da exibição artística “Desobediências poéticas” de Grada Kilomba, resumindo tais questões da marginalização do sujeito outro como uma consequência da hegemonia da branquitude:

[...] negras/os, muitas vezes colocadas/os em lugares de subalternização, ocupam o lugar de outridade caracterizado pela personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca. Nesse processo intersubjetivo, a/o outra/o torna-se a/o negra/o informada/o por aquilo que a branquitude rejeita e nega em si mesma. Esse mecanismo, que constitui um regime brutal de silenciamento e apagamento, produz-se a partir de uma cisão no EGO, em que a branquitude fica com a parte boa para si, jogando sobre a/o outra/o a parte má e indesejável, passando a ser a conquistadora, a desbravadora de terras, a civilizada, enquanto esse conjunto de outras/os — entre nós, as comunidades indígenas e os povos africanos sequestrados — passa a ser de preguiçosas/os, ladras/ladrões, incivilizadas/os, primitivas/os, sem alma, sem terra, sem corpo, sem subjetividade (LIMA, 2021, p. 48-49)

Os zoológicos humanos podem se tornar uma homenagem aos olhos de um indivíduo que sofre da cegueira epistêmica produzida historicamente pela branquitude. O outro é construído como um instrumento da “Outridade” da branquitude. Segundo Grada Kilomba: “o sujeito negro torna-se não apenas a/o ‘Outra/o’ – o diferente, em relação ao qual o ‘eu’ da pessoa branca é medido –, mas também ‘Outridade’ – a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do sujeito branco” (KILOMBA, 2019, p. 37-38). Os negros e indígenas podem ser vistos atrás de jaulas como algo comum, afinal, eles são tratados enquanto selvagens e povos primitivos pela ciência moderna. Mas essa realidade é impensável quando o corpo em questão é o do sujeito branco europeu.

Talvez – e só talvez – a violenta arquitetura dos zoológicos humanos possa nos proporcionar um instrumento teórico de compreensão da realidade. As grades dos zoológicos demarcam as fronteiras físicas, imaginárias e simbólicas entre o observador e o observado, entre o humano e o inumano, entre o consumidor e o consumido, entre o sujeito e o objeto. As grades se tornam bastante significativas quando percebemos que as fronteiras entre o “eu” e o “outro” são impostas de forma violenta, o “epstemicídio” ocorre através de uma política de morte, aproximando-se da “necropolítica” de Achille Mbembe (2016). O “necropoder” enquanto um dispositivo de confinamento e extermínio em massa dos corpos racializados pela modernidade. Mais uma vez convido o leitor a elucubrar sobre as potencialidades das grades enquanto uma ferramenta analítica para entendermos juntos a cegueira epistêmica. Os meus alunos e alunas não percebiam os sujeitos históricos negros nas fontes, pois seus olhos foram domesticados pelas grades da colonialidade. Grada Kilomba, ao ser questionada como sua obra “Memórias da Plantação” (2019) poderia contribuir para entendermos o caso brasileiro, responde:

[...] todos os desejos da família e da nação, todas as rivalidades paternas, ou que não podem ser exercitadas são direcionados, projetados no exterior, nos corpos negros. Não é por acaso que os corpos marginalizados é onde é exercida a humilhação a violência, a agressão. Esse corpo passa a ser um depósito onde a agressão da nação é projetada. (KILOMBA, 2019a)

Percebo que a elaboração e autorização (ou sensação de autorização) para feitura da pergunta, em um ambiente de formação profissional em 2019, demonstra o quanto a “zona do não-ser” é a manifestação de um padrão Moderno, legado de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), um pensamento de longa duração (BRAUDEL, 2007).

Considerações finais

A problemática está posta e não é uma questão de fácil solução, pelo contrário, ela faz emergir a violenta complexidade estrutural que mantém a hegemonia epistemológica de uma Modernidade racializada e racializadora. A história das disputas pelo lugar de memória dos grupos étnico raciais nos currículos escolares mostra o quanto é importante a articulação dos movimentos sociais, a comunidade civil, comunidade escolar e os órgãos políticos para a elaboração de leis de ações afirmativas (GOMES, 2010 e MUNANGA; GOMES, 2006.). A lei 10.639/03 (complementada pela lei 11.645/08) é uma grande conquista histórica e uma ferramenta fundamental para uma educação antirracista. Desde que entrou em vigor as universidades públicas e particulares se esforçaram para atendê-la através da reformulação das grades curriculares, oferecimento de um novo campo de estudo, investimento nos campos de pesquisa sobre História da África e História Ameríndia, do fornecimento de cursos de extensão sobre estes temas. Mas, como demonstrei neste artigo, a mácula do olhar colonializado permanece nos profissionais da educação uma década e meia depois da disposição da lei.

Boaventura de Souza Santos (2008) em seu livro sobre a “Universidade do século XXI” demonstra o quanto a especialização e a ramificação das áreas de estudo enclausuraram questões cruciais para a vida em sociedade no interior das academias. O autor propõe o restabelecimento dos laços simbióticos entre a universidade e a sociedade civil através de estratégias como a pesquisa-ação, a extensão, o acesso democrático ao ensino e o vínculo com a educação básica pública de qualidade. Todos estes elementos demonstram o quanto as discussões acadêmicas e as políticas públicas precisam estar inseridas no seio da sociedade civil. Os debates sobre as leis de ações afirmativas não podem ficar limitados dentro das universidades, eles precisam reverberar através demandas públicas pelo viés político, cultural, social e religioso⁹. Essas leis precisam ser tratadas como conquistas, frutos de articulações e lutas políticas dos movimentos sociais ao longo de décadas na história do Brasil (GOMES, 2010). Caso contrário, veremos e ouviremos falas e ações que garantem a perpetuação do “véu da raça” e o confinamento de sujeitos históricos na “zona do não-ser”. Como busquei apresentar no texto, tais práticas colonializadas foram manifestadas por profissionais da educação em 2019, dezesseis anos após a implementação da lei

⁹ Como é o caso do combate à intolerância religiosa e ao racismo religioso.

10.639/03. Isso acende um sinal de alerta para nos questionarmos se as ações tomadas estão sendo o suficiente ou se permanece o fosso entre as demandas dos movimentos sociais e a sociedade.

O questionamento de uma professora sobre “se humanos em zoológicos não poderia ser uma forma homenagem” traz à tona uma realidade violenta: não dá para desconstruir uma ontologia colonializada em uma aula de três horas. Esse é um movimento contra hegemônico que precisa ganhar espaço para além dos bancos das universidades. Hoje, mais do que nunca, precisamos ver e entender a importância da ascensão de discussões decoloniais nas falas e nas ações de autoras e escritoras negras como Djamila Ribeiro (2017; 2019¹⁰) e Conceição Evaristo (2015¹¹). Para finalizar, retomo os apontamentos de Boaventura de Souza Santos na elaboração de ações que vinculem a interdependência da universidade e a sociedade civil (2008). Pois, para além da criação de um novo campo de conhecimento dentro das academias, a lei 10.639/03 precisa se tornar uma demanda popular.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe M. F.. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, v. , p. 69 – 90.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

CARNEIRO, Sueli, *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*, Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2005.

DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de História*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

¹⁰ Livro que está entre os mais vendidos no ano de 2020 segundo o site do Amazon. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Pequeno-manual-antirracista-Djamila-Ribeiro-ebook/dp/B07Z57RYK2/ref=pb_sbs_351_1/136-7297046-3611052?_encoding=UTF8&pd_rd_i=B07Z57RYK2&pd_rd_r=b99880fb-26fd-435d-a13d-8bd65db71510&pd_rd_w=lmQPN&pd_rd_wg=5CQOS&pf_rd_p=8e0365a0-40c9-4854-90b9-039b9c2848c4&pf_rd_r=YMNOA7VGCRR5TWE3VPWJ&pvc=1&refRID=YMNOA7VGCRR5TWE3VPWJ. Acesso em: 2020.

¹¹ Vencedora do Prêmio Jabuti de 2015 na categoria Contos e Crônicas.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2015.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Jansen Felipe da. Confluências da Pedagogia Decolonial e Educação das Relações Étnico-Raciais: elementos de uma práxis curricular outra a partir de Franz Fanon e Paulo Freire. In: GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, José Antônio Novaes da. *Africanidades, afrobrasilidades e processo (des)colonizador: contribuições à implementação da lei 10.639/03*. Paraíba: Editora UFPB, 2018.

FERRO, Marc. *Manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 97-109.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. *Flip 2019 – “Mata da Corda”, com Grada Kilomba*. Youtube, 2019a. Disponível em: <https://youtu.be/NgCIPHZDUkI>. Acesso em 30 set. 2021.

LEENHARDT, Jacques. Jean-Baptiste Debret: um olhar francês sobre os primórdios do império brasileiro. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: V. 06.03: 509-523, Novembro, 2013.

LIMA, Fátima. Um ebó artístico-epistêmico: desobediências poéticas em Grada Kilomba. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 226 – jan/fev – 2021.

MBEMBE, Achill. Necropolítica. In: BARTHOLOMEU, Cezar, TAVORA, Maria Luisa (Org.) *Arte & Ensaios* n. 32. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, dezembro 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson, Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MANET, Edouard. *Viagem ao Rio – Cartas da juventude, 1848 – 1849*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*. Vol. 32 nº 94 junho/2017.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino . *O negro no Brasil de Hoje*. 1. ed. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indíg.* 13[29]: 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder e classificação social. In: SOUZA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Gutierrez [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.

QURESHI, Sadiah. *Peoples on parade: exhibitions, empire, and anthropology in nineteenth-century Britain*. Chicago: University of Chicago Press. 2011.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2019.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.785-82.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Flexa no tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2019.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel. Descolonizar olhares: metodologia para compreender o negro como um sujeito histórico. In: BUENO, André; CAMPOS, Carlos Eduardo; GONÇALVES, Dilza P. (org.) *Ensino de História: Teorias e Metodologias*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel. Os efeitos da colonialidade e do epistemicídio no ensino de história: o silenciamento do saber, do fazer e do viver do sujeito histórico negro. In: SALTER, Carla Fernanda da Silva; MARQUARDT, Jaqueline (org.) *Caminhos da Aprendizagem Histórica: Africanidades e Cultura Afro-brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2021.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel; SANTOS, Flavia Pereira dos. O sujeito histórico negro para além do epistemicídio: contribuições da literatura decolonial na abordagem da Lei nº 10.639/03 nos livros didáticos. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê Ensino de história em tempos de pandemia. N 37, 2021/01

SOUZA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Gutierrez [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUZA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Gutierrez [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, outubro de 2002.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997.

Para além da propriedade rural: a importância da reforma agrária como solução ambiental para o bioma brasileiro

Beyond rural property: the importance of agrarian reform as an environmental solution for the brazilian biome

Bruna dos Santos
Mestranda em História das Ideias (UNISINOS)

Resumo: A análise proposta por este escrito tem a oferecer uma visão histórica social para os conflitos por terras que são um problema constante na política brasileira. As discussões sobre o tema são atemporais e caras, e prometem sempre se abster de contextos sociais que nos permitem enxergar muito além da propriedade rural como meio de produção. Dessa forma, enxergamos os reais problemas que o campo sofre, e a interferência massiva que o latifundiário oferece à economia, bem-estar e colaboram com catástrofes ambientais. Precisamos dar a devida importância para a Reforma Agrária a nível nacional, com efetividade. Não só porque redistribui as terras e proporciona subsistência ao pequeno e médio agricultor, mas porque o solo está sendo usado de forma indiscriminada e sem cuidados. As matas vêm sendo destruídas e o indígena continua sendo expropriado de suas terras. A reforma deve ser vista além da política. Sua importância também se dá por se tratar de uma solução para viabilizar melhores condições de vida para a sociedade e o bioma brasileiro. Precisamos discutir sobre a sociedade de risco e as políticas públicas que o presente trabalho propõe.

26

Palavras-chave: Reforma Agrária; História Social; Sociedade de risco.

Abstract: The analysis proposed by this paper has to offer a social historical view of land conflicts that are a constant problem in Brazilian politics. Discussions on the subject are timeless, and always promise to abstain from social contexts that allow us to see far beyond rural property as a means of production. These open the eyes to the real problems that the countryside suffers, and to the massive interference that the landowner offers in the economy, well-being and environmental catastrophes. We need to give due importance to effective Agrarian Reform at the national level. Not only because the redistribution of land provides subsistence for small and medium farmers, but because the soil is being used indiscriminately and without care. The forest has been destroyed and the indigenous people have been expropriated from their lands. The reform must be seen not only as a public policy, but as a solution to make better living conditions viable for society and the Brazilian biome. Therefore, it is necessary to discuss the risk society and the public policies that this paper proposes.

Keywords: Land reform; Social History; Risk society;

Este trabalho tem por objetivo trazer uma análise dos conflitos de terra e as consequências catastróficas para âmbito social e ambiental que o Brasil vem demonstrando sofrer nas últimas décadas. Em razão desse motivo, foi preciso uma análise sociológica embasada em autores que trabalham questões relacionadas a esse tema. Foram utilizados principalmente os pesquisadores Ulrich Beck, José de Souza Martins, João Pedro Stedile, Antônio Márcio Buainain e Paulo Schilling. Através dessa breve análise podemos averiguar os impactos que os conflitos por terras podem causar à sociedade. Para tanto, foi necessário conhecermos mais sobre tais conflitos. Essa perspectiva trouxe ao trabalho uma abordagem histórico-sociológica. Desse modo foi possível nos apropriarmos da História para calcar o estudo dentro de uma contextualização. Isso porque, os conflitos existem desde a colonização portuguesa no Brasil.

Foi preciso delimitar o período estudado ao século XX. Optamos por ele, pois dá conta de boa parte dos conflitos contemporâneos que até hoje reverberam em nossa sociedade. A História e as mídias de comunicação nos fazem conhecer os problemas que o Brasil (e o mundo) vem enfrentando na esfera ambiental. É importante abrirmos as discussões tanto prática como teoricamente ao pensarmos em possíveis soluções, ou, de forma mais modesta, enxergar a realidade e ver além dos problemas ambientais, mas também políticos, econômicos e sociais que estão envolvidos.

Por meio de uma breve análise, a historiografia nos permite relacionar a forma como as terras latifundiárias foram adquiridas ao longo da História do Brasil. Sabemos que sesmeiros e posseiros obtiveram a propriedade privada de suas terras através da Lei de Terras de 1850. Essa lei foi redigida sob a base de teorias liberais, que efervesciam em pleno século XIX em países emergentes, como é o caso dos Estados Unidos. Para os yankees o processo aconteceu através de programas de governo que desapropriaram e redistribuíram massivamente as terras (sem ideal de lucro). Após a Guerra de Secessão (1865), houve uma necessidade desse tipo de representação. Haja vista que os industriários da região norte desejavam a expansão capitalista, facilitaram o arrendamento das terras. Esse modelo foi copiado no Japão no pós-Segunda Guerra.

Já no Brasil, a Lei de Terras de 1850 permitiu que a propriedade privada fosse legalizada, e que a compra dessas terras fosse, de fato, permitida. Dessa forma deixaram de pertencer ao Estado (que naquele momento era o Império Brasileiro) para existir a possibilidade de serem adquiridas por homens comuns. O privilégio, no momento da aquisição, era para aqueles que já estavam sob

a posse da terra, precisando apenas comprovar por meio de documentação obtida por um agrimensor, seu tamanho e localização.

Não nos estenderemos nessa parte, mas ora, quem teria condições financeiras de pagar pelos serviços profissionais de um agrimensor? Eram aqueles abastados. Os que estavam nas camadas mais altas da elite. Quem foram os homens que propuseram uma lei para benefício somente de uma parcela pequena da sociedade rural brasileira? Como consequência de uma lei elitista, liberal e excludente, muitos imigrantes, indígenas e alforriados precisaram vender sua mão-de-obra para esses homens. Criou-se assim uma classe de trabalhadores rurais sem a propriedade da terra. O número de proprietários era menor do que de trabalhadores. As extensões das terras eram cada vez maiores sob o mando de poucos.

Vale lembrar que os incentivos para uma nova Reforma Agrária, pensada em meados do século XX, não vislumbrou indígenas nem quilombolas. A questão conceitual ainda impede a formulação de políticas públicas que beneficiem esses grupos, diante da judicialização da territorialidade. Porém, mais que isso, é uma invisibilidade desses grupos quando o assunto é divisão de terras. O Brasil vive um sistema econômico que acima de tudo visa o lucro e a utilização da terra como pressuposto para aquisição. Esse enorme nó ainda não foi desatado, mesmo após

28

Por conta disso, existe a necessidade de realizar-se uma reforma na esfera agrária nos anos vindouros a formação da República Brasileira. O autor e estudioso do tema, João Pedro Stedile (2020) diz que:

A Reforma Agrária pode ser caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.

Ao entrarmos nessa questão precisamos entender por que e quem quer uma Reforma Agrária. Existe um debate político e econômico que barra a realização da reforma. Quem define de que maneira a reforma deve ser realizada? Quem define quem deve ser beneficiado? Quem tem legitimidade para identificar quais as políticas públicas devem ser pensadas para essas comunidades, tanto indígenas, quanto quilombolas, quanto os pequenos agricultores? Mesmo mais de 100 anos após a Proclamação da República Brasileira temos muitas questões a serem resolvidas entendendo a importância para a distribuição das terras produtivas do Brasil. No país existem entre

os apoiadores da reforma e redistribuição de terras, dois grupos diferentes que se opõe. Um liderado por latifundiários, políticos, empresários e líderes religiosos. Esses desejam estar à frente da negociação para que seja realizada de maneira que lhes agrade. Ou seja, sem prejudicar seu capital, riquezas e poder. Para o latifundiário, a Reforma Agrária, constituiria na distribuição de terras, desde que não interferisse nas suas, ou que, o pequeno agricultor pudesse trabalhar a terra do latifundiário, com a finalidade de trazer resultados para o todo. Dessa forma, o proprietário receberia o lucro da terra, em troca de sua posse. É importante salientar que esse grupo não se preocupa com os riscos e impactos que pesam os seus empreendimentos. O pesquisador e sociólogo Ricardo Braga Brito diz que grandes proprietários e grileiros “viam na terra interesses especulativos e a constituição de áreas de turismo e/ou constituição de áreas habitacionais” (BRITO, 2021, p. 333).

O outro grupo é liderado por pequenos agricultores, movimentos sociais rurais e políticos de esquerda. Esses lutam pela redistribuição mais humanitária, visando a qualidade de vida e do meio ambiente. Aos poucos estamos vendo pesquisadores do meio acadêmico envolvidos e preocupados também com indígenas e negros representando-os de certa forma em suas discussões teóricas. As lideranças precisam unir forças para abarcar esse grande grupo que busca ser visto pelas políticas públicas brasileiras. Os dois grupos não se cruzam e fazem oposição.

Entre as formas de redistribuição de terras, o Brasil se enquadra no sistema de transferência por meio de decreto. Assim, de forma compulsória é entregue ao Estado, mediante indenização. Esse sistema dá ao proprietário maior liberdade para negociar os valores de compra e venda. Stedile (2020) diz que a possibilidade de confisco, no Brasil, só ocorre quando as fazendas são usadas para contrabando, narcotráfico ou plantio de psicoativos como, por exemplo, a maconha.

Ao longo da história do nosso país tivemos vários movimentos que lutaram em prol dos pequenos agricultores e sem terras. Alguns tiveram uma trajetória curta. Mas o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, O MST, é o que perdura na luta pela classe. Atualmente, ainda não temos uma Reforma Agrária consistente, que contribua, de fato, econômica e socialmente para o Brasil, e parece ter sido abandonada de vez.

Mas o que seria uma reforma justa? Primeiramente é importante definirmos o problema da grande propriedade: em 1849, o Tenente General Francisco José de Souza Soares e Andréa

(SCHILLING, 1963, p. 11), Presidente da Província do Rio Grande, na época, relatou a Assembleia Legislativa Provincial diz que:

Um dos grandes obstáculos que se tem oposto nesta Província ao desenvolvimento da Agricultura, e mesmo ao da População, é a existência de grandes fazendas, ou antes de grandes desertos, cujos donos, cuidando só, e mal, da criação, tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não têm aonde se conservar de pé.

... uns poucos fazendeiros sucessivos fazem deserta uma porção de terrenos maior do que a ocupada por alguns pequenos estados da Alemanha e as famílias pobres andam errantes a pedir abrigo a um ao outro, sem que alguém lhe valha.

Aqui estamos falando do século XIX. Período da história em que o Brasil vivia sob o regime político imperialista. Mas com a República as mudanças, nesse setor, não foram tão visíveis.

O MST nos informa que, no Brasil, são cerca de 350 mil famílias vivendo em terras conquistadas por meio das lutas da organização. Os assentamentos foram legitimados como solução para a redistribuição de terras. Mas ele não dá conta da maioria dos problemas sociais, ambientais e econômicos que ainda estão em aberto. Muitas famílias ainda lutam por seu espaço. Além disso, os assentamentos possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como por exemplo, há falta de saneamento, energia elétrica, educação, acesso a cultura e lazer. Para termos noção da importância do Movimento para a sociedade, recentemente saíram matérias em jornais importantes do país como Folha, Globo e BBC, que informam ser o MST o maior produtor orgânico no país, ou seja, sem uso de agrotóxico. Em meio à crise pandêmica do COVID-19, o MST manteve os preços de seus produtos, além de distribuir alimentos (mais de 5 mil toneladas) e marmitas nas periferias rurais e urbanas brasileiras, segundo o jornal Folha de São Paulo.

No livro, “O que é a Reforma Agrária”, Paulo Schilling (1963) cita pensamentos de filósofos, atores sociais e políticos, como é o caso do padre Lebreton, que diz que

A quem prejuízo, dizes, guardando o que é meu? Dize-me: a que chamas de ‘teu’? De que fonte recebestes o que está a serviço da tua vida? Os ricos são como alguém que após reservar um lugar num teatro impedisse a entrada de outros, por considerar como seu bem próprio o que está destinado ao uso comum de todos.

Essas palavras demonstram como a Reforma Agrária visa o bem-estar e igualdade de direitos de todos, acesso as terras e seu uso. Seria um erro não perceber que a Propriedade Privada da terra só aumenta as desigualdades sociais e o empobrecimento econômico do país, já que em sua maioria são latifúndios. O autor trás, ainda, dados sobre a economia agrária brasileira da década de 1960, que não mudaram muito de lá para cá:

O monopólio da terra representa uma série de limitações ao desenvolvimento da agricultura. Dessas, sem dúvida, a mais importante é representada pela renda territorial paga pelos camponeses sem terra e mesmo por empresários capitalistas aos latifundiários.

Por isso, Joaquim Nabuco, nos explica qual o tipo de Reforma Agrária seria ideal para nosso modelo brasileiro. Para a sociedade rural, para a economia e para o controle desenfreado do colapso ambiental que o Brasil vive. Precisamos repensar essa estrutura, pois como disse Schilling (1963), “não há outra solução... senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade... É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo”. Acrescentamos a esse trecho a importância de dar visibilidade aos indígenas e quilombolas.

Para Schilling (1963), a Reforma Agrária tem como principal propósito a democratização da propriedade. Permitir o acesso e fixação do homem a terra como proprietário. Ter em vista, principalmente, a difusão da pequena e média propriedade e cooperativas, para corrigir os aspectos negativos do minifúndio. Antes do Regime Cívico/Militar ditatorial que o Brasil viveu a partir de 1964, houve uma intensa luta pela reforma. Na época, governos estaduais, com o apoio de intelectuais de esquerda apresentaram projetos que manifestavam desejo dessa mudança. Sabemos que o mundo passava por um pós-Guerra. O medo do Comunismo efervescia. Por conta disso, falava-se nos jornais, que a Reforma seria um ato ideológico, associado à União Soviética e a China. Virou uma luta entre opositores políticos. É importante contextualizarmos esse processo, para podermos avançar na discussão.

Atualmente o mundo está passando por intensas transformações. As tecnologias mudam constantemente e se renovam. O planeta urge por mudanças no pensamento social que se oponham a destruição ambiental. Através de políticas neoliberais, destrutivas e excludentes, muitos países são responsáveis pela manutenção do fim do seu bioma. Como é o caso do Brasil. Temos um

histórico de apropriação por parte de latifundiários. O resultado do uso da terra de maneira compulsória é devastador e vem causando alerta máximo nos especialistas ambientais.

A partir daqui daremos a devida notoriedade aos estudos de Ulrich Beck (2011), e seu clássico “Sociedade de Risco”. A distribuição de terras, para além da pequena e média agricultura, vem cada dia mais destruindo a biodiversidade brasileira. A um custo provavelmente irreversível. E, como Beck (2011) fala “o processo de modernização torna-se ‘reflexivo’, convertendo-se a si mesmo em tema e problema”. Estamos, atualmente, na iminência de um colapso e a probabilidade do planeta não suportar mais a nossa demanda. Em entrevista recente, Ana Chã, do coletivo de cultura do MST, diz que,

A maneira de trabalhar a terra e repensar as conexões entre campo, ser humano e cidade integra o pensamento adotado oficialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, desde 2007. "A redistribuição de propriedade é algo central, mas nos assumimos como produtores de comida e passamos a aprofundar experiências agroecológicas que eram mais isoladas. É um modo de produção que nos permite repensar a vida".

Um bom exemplo do problema causado pela modernização foi o Acordo do Trigo Americano, realizado pelo governo de Jucelino Kubitschek. Sua meta de desenvolvimento era o crescimento industrial. Em seu governo a produção do setor cresceu 80%, com destaque para o aço, mecânica, elétrica e comunicação. Essa expansão industrial gerou, com a concentração de capital, a entrada de empresas multinacionais no país. Deixou poucas oportunidades para o pequeno capital interno. Um dos problemas apontados pelas autoridades gaúchas do período seria o fato do trigo estar podre, colhido em 1952 e vendido ao Brasil em 1956, ou seja, impróprio para a panificação. Além disso prejudicou o acordo que o país tinha com a Argentina e Uruguai levando ao afastamento desses exportadores e fim da parceria. Com o plantio do trigo interno recebendo interferências das importações de insumos, o setor entrou em crise e a dívida externa se tornou um grande problema para a economia do país por muitos anos. Em seu trabalho sobre o desenvolvimento agrário do período, Israel Gil da Silva Mendonça (2016) fala sobre alguns desses problemas:

A industrialização também gerou desequilíbrios regionais... a principal diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil era a industrialização. Enquanto a

economia do Centro-Sul diminua a sua dependência em relação aos recursos externos, a partir de maiores investimentos em bens de capital e na ampliação dos mercados industriais, o primeiro caso, produzia pouquíssima renda monetária, dificultando as transações comerciais entre esse e o Sul, gerando a necessidade de capitais externos. O elevado aumento populacional tendia ainda a gerar retrocesso econômico.

As consequências catastróficas para o trabalho rural e o pequeno agricultor tornaram-se iminentes. Ou seja, os processos de modernização, que tem por objetivo sanar determinados problemas, acabam por causar outros riscos, como o desemprego, a miséria, e até mesmo a falta de instrução educacional suficiente aos trabalhadores da nova ordem de modernidade.

Na esfera rural, as dificuldades causadas por esses processos, sem a implementação de uma Reforma Agrária eficaz, acabam por marginalizar o pequeno e médio agricultor. Não à toa temos inúmeras famílias em situação de abandono pelas políticas públicas. A explicação que Beck nos traz é de que “começam a convergir na continuidade os processos de modernização as situações e os conflitos sociais de uma sociedade ‘que distribui riqueza’ com os de uma sociedade ‘que distribui riscos’” (BECK, 2011, p. 25).

Os riscos que a sociedade corre, refletem no meio ambiente. Os desmatamentos, e a destruição da nossa biodiversidade estão impactando vidas, não só no meio rural, mas também urbano. É de esperar o crescente aquecimento das temperaturas globais. Uma vez que a biosfera está sendo diretamente atingida pelas políticas econômicas de risco desenfreado do solo. Há uma industrialização forçada e o acúmulo de terras para servir ao agronegócio. E, para completar esse grupo de riscos, existe uma desumanização da agricultura familiar, que, possivelmente, traria resultados benéficos para todo o sistema fundiário, econômico e social do país.

Atualmente há um intenso trabalho para que o Brasil continue sendo um dos maiores exportadores mundiais de alimento. No começo da formação da República Brasileira não existiam tecnologias capazes de dar conta do clima tropical em que estamos inseridos. Mas fomos eficientes em desenvolver sistemas para corrigir o solo e sistemas produtivos adaptados aos trópicos. E mais, criar uma variedade de cultura comparada a países desenvolvidos. Os principais produtos são grãos, carnes, fibras, produtos florestais e frutas. E, mesmo assim, toda essa tecnologia não garante um futuro favorável. Alimentos básicos de qualidades e preços competitivos abastecendo o mercado interno se tornam importantes aliados econômicos para controlar o aumento de renda e crescimento

populacional. O mercado externo possui grande potencial por conta da diversidade de produtos e procura de todos os lados. No processo histórico da economia agrária brasileira viu-se a necessidade de abrir o mercado para venda externa, por causa do aumento de produção acima do necessário para o consumo interno.

Para além da questão econômica, o agricultor precisa conhecer problemas relacionados ao meio ambiente e questões sociais que incluem produção, transporte, processamento e comercialização. Tudo isso sob a implicação visando à vida e saúde humana. Estamos vendo um aumento da preocupação com o produto que está vindo para nossas mesas. Esse tipo de cuidado é recente, e vem sendo tomado por parte dos consumidores. Algo que há pouco tempo nem se pensava, até porque ainda persiste um discurso que sustenta o consumo excessivo de carnes, embutidos e industrializados, arraigado muito por empresas capitalistas e o agronegócio.

Outra grande preocupação dos tempos atuais é a preservação da fauna e flora, os recursos naturais e os diferentes biomas. Cada vez mais há uma pressão para a conservação devido ao aumento populacional e a má gestão pública. As catástrofes que vêm ocorrendo no Brasil trazem uma discussão pertinente junto aos problemas do aquecimento global. Os desmatamentos como atividade do agronegócio vêm pesando negativamente tanto interno quanto na política externa. Investidores, empresários e ativistas têm estado de olho no Brasil.

Há outro grande empecilho nos investimentos feitos no país: as denúncias de trabalho escravo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período de 1995 à 2020, em torno de 55 mil trabalhadores foram libertos de situações análogas a de escravidão em zonas rural e urbana.

Para estudiosos do tema, como Antônio Márcio Buainain (2020) uma das formas de transformar as relações *homem + capital = meio ambiente* seria por meio do apoio ao pequeno produtor. Para nossos estudos, seria esse o ponto principal em que entraria a questão da Reforma Agrária. O fato é que, os programas de governo a nível federal que vem sendo postos em prática ajudam, mas não resolvem os problemas. Ainda existem pequenos produtores e homens sem-terra, que buscam seu espaço para trabalhar. Como resolver essa questão sem abrir mão dos benefícios já adquiridos e, ao mesmo tempo preservando o bioma? Um dos grandes problemas da ausência de uma Reforma Agrária consistente diz respeito ao próprio capital que o agronegócio envolve. No final do século XIX, a mão de obra escrava foi drasticamente substituída pelo trabalhador livre.

Porém por parte do latifundiário não havia o preparo para essa substituição. Podemos concluir que as mudanças das relações de trabalho impactaram o social e econômico do setor rural. Teremos trabalhadores em situação muito próxima a escravidão, já que essas relações não eram capitalistas, como José de Souza Martins (2010) nos esclarece, e sim travada por questionáveis artifícios. Assim como o êxodo para as grandes cidades que estavam surgindo.

Existe no ato de ocupar as terras uma ação coletiva referente à luta pela terra. Trata-se sempre de uma organização que parte de camponeses, envolvidos nessa relação. Para Brito (2021), entre os desejos desses agricultores está à autonomia de produção e “de possibilidade de se estabelecer e garantir a reprodução material e social”.

É importante salientarmos que a divisão da terra e a Reforma Agrária não são problema que a humanidade vem sofrendo na contemporaneidade. Desde a criação do Estado temos embates pela terra e sua redistribuição. Historicamente temos miséria, desigualdade e uma multidão de pobres, mantidos pelo Estado. Em contrapartida, sempre houve um número reduzido de famílias que viviam no luxo. Sabemos pela História da Antiguidade que homens como Licurgo, Tibério Graco e Henrique VII, estiveram à frente dos ideais de distribuição de terras. Plutarco nos conta que Licurgo dividiu a terra entre os homens de sua sociedade. Como Paulo Schilling (1963) explica, esses passaram a viver “juntos num regime de absoluta igualdade e completa comunhão de bens”.

Já a lei que Henrique VII promulgou, dá conta da seguridade de seus cultivadores, e uma porção de terra suficiente para que os indivíduos usufríssem decentemente de bem-estar e vivendo de sua subsistência. Da forma que foi redigida os homens não estariam sujeitos a um regime servil. Isso diz muito sobre as diferenças que existem para cada período, época e sociedade. Permite-nos perceber que não existe a fórmula certa, e que ela deve ser adequada a cada sociedade. Mas que independente de como for feita, deve ser feita.

A importância da Reforma Agrária está, então, como já vimos, para prover e promover o bem-estar daqueles que vivem da agricultura. Principalmente os que vivem de maneira paupérrima na qual a terra é o único meio de vida. Também, muito além da propriedade, devemos analisar os riscos que o latifúndio traz a nível ambiental. Não há dúvidas de que a grande propriedade tem como objetivo o lucro capitalista. Não seria de todo mal se os problemas ocasionados pelo desenvolvimento desenfreado não trouxessem males aqueles que estão à margem, seja econômica ou socialmente.

Falar em desenvolvimento de um país é olhar para além do ganho econômico e enxergar as perdas que políticas públicas mal desenvolvidas podem trazer e condicionar os indivíduos a aceitar situações de miséria. Essas podem vir, não só pelo desemprego ou ausência de trabalho, mas pelas próprias catástrofes ambientais que atingem regiões inteiras, matando e destruindo tudo, por onde passam. Como no caso de Mariana e Brumadinho no Brasil. Acidentes que aconteceram com apenas três anos de diferença. As tragédias trouxeram impactos ambientais, inúmeras mortes e desabrigados. Os sites de imprensa brasileira dão conta de que há, no país, muitas barragens em situação crítica, prontas para se romperem. Não podemos normalizar catástrofes como essas. Em 2020 foi criada lei que estabelece a proibição de construção de barragens do tipo "a montante", usada em Brumadinho e Mariana. É um método usado em diques de contenção que se apoiam sobre o próprio rejeito depositado. A lei dá conta ainda de que todas as barragens construídas dessa forma devem ser desativadas até 25 de fevereiro de 2022. O problema não acaba por aí, porém é um passo dado a favor da vida. Mas ainda é preciso muito mais. Ora, uma boa solução seria condicionar o uso da terra. E uma dessas formas é distribuindo a terra para a pequena agricultura, que usa o solo de maneira mais consciente¹.

Muitos países pelo mundo a fora já passaram por esse processo. Cada um a sua maneira. Resta a nós entendermos a sua importância e como ela influencia significativamente no bem-estar social e econômico de uma nação. O desenvolvimento econômico não diz respeito somente à industrialização e existe a possibilidade de alcançarmos níveis mais altos dentro da esfera global quando todos se beneficiarem e as desigualdades diminuir. Para essa conclusão, basta olharmos a PL490 que vem sendo articulada na Câmara e Senado brasileiro. Vamos enxergar a lacuna existente entre o mundo capitalista e sua opressão constante. A vida de milhares de pessoas depende dos ajustes dessas leis para sua sobrevivência, e nesse momento, a preservação de espaços já estabelecidos. Ao permitir que as terras indígenas percam sua demarcação, já estabelecidas anteriormente, o Governo Federal abre caminho para a destruição desses grupos sociais e tiram mais uma vez a oportunidade para que camponeses recebam seu galardão de terras.

¹Infelizmente seria uma solução que não resolveria a questão da territorialidade indígena, ou quilombola, já que esses não usam e nem veem a terra da mesma forma. Para indígenas, por exemplo, a natureza está mais ligada às crenças e mitos e quase se integram a suas vidas. Natureza e homem são um só na cultura indígena. Para esses grupos a obrigação de trabalhar a terra é algo que não faz sentido.

A PL490 permite que homens não indígenas possam adentrar as aldeias sem autorizações prévias desses grupos, desrespeitando seus direitos. Com exceção de auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública, qualquer contato com o exterior pode ser o fim de uma comunidade indígena inteira. Na Constituição de 1988 existe a garantia de que grupos indígenas possam usufruir de seus usos e costumes. Por isso, se eles optam por não manter contato com os não indígenas, é totalmente aceitável pelas Leis do país. O Projeto de Lei está acabando com esse direito. Mas de maior gravidade é saber que a partir da aprovação dessa lei, indígenas terão que comprovar a ocupação das terras desde antes da promulgação da lei. Ora, vimos que em 1850, sob a Lei de Terras, algo semelhante aconteceu, e muitos desses indígenas foram expropriados e mortos por não terem acesso a meios legais para tal feito.

Dessa forma, destacamos a ausência de políticas que possibilitem a Reforma Agrária e que isso aumenta ainda mais o atraso ao desenvolvimento econômico do país. Além disso, e muito mais grave, as consequências na esfera ambiental só aumentam sua importância e urgência para serem resolvidos.

Conclusão

A Reforma Agrária, como Schilling (1963) disse, é algo que cada país deve encontrar o seu caminho para eliminar as contradições que barram o desenvolvimento de sua economia agrária. Isso nos diz que existe uma necessidade de se repensar as leis e políticas brasileiras. O autor Stedile (2020) corrobora a fala de Schilling quando diz que “o grau de importância ou de influência na luta internacional pela Reforma Agrária está presente de forma diferenciada em cada um dos países”. É preciso olhar as especificidades do solo, clima, flora e fauna. Além disso, pensar no camponês que ocupa essas terras. Como o solo está sendo usado? Pensar nesse homem que vive da terra para sobreviver e não como o empresário que vive em busca do capital como objetivo final. Ele olha só para si. Não enxerga além, porque não quer e porque não precisa. Esse olhar capitalista visa o desenvolvimento, lucro, exploração da mão de obra e do solo, e o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade. Já a Reforma Agrária visa o todo, independente da sua condição financeira. Vide as intervenções sociais que o MST vem fazendo nos últimos anos com alimentos de qualidade

por preços mais baixos que o do mercado. Tem ainda a redistribuição de alimentos e marmitas que estão solucionando brevemente a fome de quem está à margem da sociedade.

Já o empresário e latifundiário vai fundo em seus investimentos e ignora o meio ambiente. Desmata, constrói barragens, destrói o solo e não se preocupa com as consequências irreversíveis de seus atos. Na América Latina, o Brasil é o 17º colocado no índice de Reforma Agrária, sendo que a discussão que durou de 1985 a 2002 nunca foi significativa e se perdeu no meio de tantas outras pautas de igual urgência no país.

Para o nosso país, o sistema ideal de reforma seria o popular. Esse por sua vez, consiste na distribuição massiva de terras aos camponeses em um governo de natureza popular que mantenha aliança entre movimentos sociais e camponeses. Também contemplaria indígenas e quilombolas. Desses processos resultam reformas progressistas e populares que não necessariamente afetam o sistema capitalista. Na maioria dos países que esse processo foi posto em prática, perdura até os dias de hoje, mas em muitos deles ainda houve a interferência de fazendeiros desapropriados que recuperaram suas terras.

Porém ainda somos dependentes dos assentamentos rurais e da precarização que envolve esse sistema. Infelizmente milhares vivem sob esse regime e estão à margem da sociedade. Isso proporciona um sentimento de pertencimento a uma classe, haja vista que como tantos outros milhares de brasileiros das áreas urbanas vivem na extrema pobreza e não recebem a devida atenção do Estado. Muito por conta disso, o MST se volta às causas sociais e humanitárias, proporcionando produtos de qualidade e valor competitivo para os cidadãos brasileiros e distribuindo seu excedente com aqueles que não podem usufruir desses alimentos. O excesso de industrialização e mão de obra força a hipervalorizar os produtos vindos do agronegócio. Assim, aumenta o valor que o consumidor paga pelo produto final. Mercadorias vindas dos pequenos e médios agricultores tendem a ser limpo de agrotóxicos, o lucro do camponês é maior e o consumidor não vê tanta diferença no preço final.

Por tudo que foi falado nesse texto, é mais do que certo que a Reforma Agrária é necessária no nosso país. Primeiramente porque o campo é parte importante para milhares de vidas que dependem desse setor. Como produtores para sua sobrevivência e sua subsistência. Segundo porque através de uma redistribuição justa o bioma brasileiro passaria a ser menos prejudicado, o que permite uma qualidade de vida melhor para os cidadãos. Ajudaria na diminuição do uso de

agrotóxico e emissão de gás carbônico. A propriedade rural não é o ator principal e sim quem nela vive e usa seus recursos. Além disso, deixaria para indígenas e quilombolas seu direito de usufruir das terras que lhe são direitos. É preciso cobrar ação de políticos para que haja uma democracia em que as políticas públicas se tornem eficazes a todos os cidadãos e não apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira.

Referências

BECK, Urick. *Sociedade de risco*. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo – SP, Editora 34. 2ª edição, 2011.

BRITO, Ricardo Braga. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. Rio de Janeiro, RJ. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Junho a setembro de 2021, 332-354.

Como o MST se tornou o maior produtor de orgânicos do país. *GQ*, 21 de outubro de 2020. Em <https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2020/10/como-o-mst-se-tornou-o-maior-produtor-de-organicos-do-pais.html>. Acesso em 08 de julho de 2021.

CONTINI, Elisio; ABEL, Pedro; BUAINAIN, Antônio Márcio; GRUNDLING, Roberta. Agro brasileiro em evolução: Complexidade e especialização. Rio de Janeiro, RJ. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXIX, nº 3, Jul/Ago/Set. 2020.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo – SP: Editora Contexto, 2010.

MENDONÇA, Israel Gil da Silva. *Desenvolvimento, Agricultura e Reforma Agrária nas Visões de Celso Furtado e Roberto Campos (1950-67)*. Seropédica, RJ: 2016;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <https://mst.org.br/> Acesso em 08 de julho de 2021;

MST contabiliza 5.000 toneladas de alimentos doados desde o início da epidemia de Covid-19. *Folha de São Paulo*. 07 de julho de 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em 08 de julho de 2021.

MST: Você entende o que é esse movimento? *Politize*, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso em 08 de julho de 2021.

SCHILLING, Paulo R. *O que é Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

STEDILE, João Pedro. *Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo*. São Paulo: Expressão popular. 1ª Ed. Vol 1, 2020.

A ausência de evangélicos no documentário “O Mito de Bolsonaro: o que pensam e como se organizam seus apoiadores?”, de Vice Brasil

Resenha de: BRASIL, Vice. O mito de Bolsonaro: o que pensam e como organizam seus apoiadores. 2019.

Caius Costa Amaral de Sousa
Graduado em História (UEL)

Wander de Lara Proença
Doutor em História (UEL)

Introdução

Jair Messias Bolsonaro alterou radicalmente, a premissa que orientava a análise da vitória em direção ao Palácio da Alvorada: embora, visto inicialmente como figura excêntrica e folclórica pela grande mídia e comparado no jargão político aos candidatos chamados de “cavalos paraguaios”, soube manusear o discurso e o idioma da direita cristã a seu favor. Sob esse novo contexto político, seu perfil de líder outsider contribuiu para consolidar a formação de uma nova direita no país (MAITINO, 2018), sobretudo por meio de propostas que vieram a atender o grupo dos evangélicos mais conservadores.

Dessa forma, o ex-deputado durante as eleições, concorreu por um micropartido; a alteração de filiação partidária de um ano para seis meses antes do pleito, possibilitou que Bolsonaro munido de pesquisas mais concretas dos eleitores, se filiasse ao PSL (Partido Social Liberal) somente a sete meses da eleição. A duração de campanhas também foi reduzida à metade: de noventa dias em 2014 para 45 dias em 2018; em razão, de horários eleitorais menores analistas acreditavam que a condição favoreceria partidos e políticos tradicionais, o ambiente foi oposto, Bolsonaro contou com oito segundos de propaganda por bloco. Em contraste, Geraldo Alckmin (PSDB), candidato com mais tempo, possuía oito minutos e 32 segundos.

A conquista do tradicional nicho moderado – Sul e Sudeste – vencendo em todos os estados que compõe as regiões, mesmo sendo um candidato de espectro neoconservador tratou-se de outro elemento diferencial na radiografia das eleições de 2018. Nessa perspectiva e novas condições Bolsonaro, manteve somente dois padrões do jogo tradicional brasileiro desde a redemocratização: “I) o nome que está na liderança no começo do horário eleitoral gratuito vence as eleições; II) o

candidato que passa para o segundo turno em primeiro lugar vence as eleições” (NICOLAU, 2020, p. 30).

A contagem de votos por sua vez, revelou que não se tratava de uma vitória solitária, mas de um movimento que se agregou em torno de sua imagem. Desse modo, a partir da produção audiovisual “O Mito de Bolsonaro: o que pensam e como se organizam seus apoiadores?” da revista Vice Brasil, disponível no Youtube desde 2018, ano de sua realização, busca-se compreender e investigar os membros que pertencem ao eixo de gravidade em torno de Jair Bolsonaro, sublinhando que o documentário não apresenta uma das principais categorias de apoio do atual presidente – a direita cristã. A obra é dividida em seis entrevistas acompanhadas pela jornalista Juliana Droghetti, na descrição do vídeo encontramos: “para entender de perto a obsessão pelo deputado federal e candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) e como é estruturada a sua rede de apoio na internet, a VICE foi até São Paulo e Rio Grande do Sul para investigar as suas maiores bases de apoio no país” (VICE BRASIL, 2018).

O documentário investigado, foi produzido pela revista Vice Brasil, empresa que surge em 1994, inicialmente de maneira impressa e abordando temas como: arte, cultura e música. Desde seu início focou em consumidores e leitores da chamada geração millenium , cujo desenvolvimento acompanhou o processo de expansão da internet, ou seja, a empresa pertence a um novo espaço de comunicação digital chamado pelo teórico da ciência da informação Pierre Lévy de ciberespaço , definido pela interconexão mundial de computadores e por conter um espaço oceânico de informações (LÉVY, 1999, p.17). Esse novo ambiente virtual e de acesso a ferramentas do conhecimento proporcionou uma variedade maior de pontos de vista (BRUZZONE, 2021, p.43), por outro lado, também resultou em fissuras no tecido comunitário da sociedade. Tal circunstância à exemplo, é observada ao analisarmos o número de Likes 22 mil, e 9,7 mil Dislikes do documentário, apesar da baixa diferença numérica, os dados exibem discrepância.

No que diz respeito ao jornalismo da revista, aparentemente imerso em novas possibilidades de divulgação de notícias por meio de um storytelling, permitindo que o jornalista descreva a situação como vê, ainda atua de acordo com Marshall McLuhan pelos mesmos mecanismos e lógica empregados por todos os setores da mídia, caracterizados por destruir a essência do ser humano e causar danos em sua capacidade de pensar, aprender e se relacionar

Toda mídia opera sobre nós de uma forma total. Os meios têm consequências pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais tão intensas que não deixam nenhuma parte nossa intocada, não afetada, inalterada. O meio é a mensagem. É impossível qualquer compreensão sobre mudanças sociais e culturais sem um conhecimento do modo como a mídia funciona como contexto. (MCLUHAN, 1967, p.26)

Em um mundo cada vez mais conectado e informacional, o impacto que a mídia provoca no jogo democrático é cada vez maior. À vista disso, o *Times* imprensa dominante em Londres, chamou atenção recentemente, ao considerar-se como um quarto poder, para além do legislativo, executivo e judiciário. Por sua vez, a afirmação não está distante do cenário nacional.

Porém, a resenha, não tem como intuito desdobrar-se acerca dos meios de massa que acompanham a democracia representativa, mas registrar a ausência de um elemento fundamental no tema investigado pelo documentário: durante seus 25 minutos e 34 segundos, a categoria evangélica não será mencionada como um dos pilares de sustentação da vitória do atual presidente, assim o tópico de dimensões significativas para o entendimento do avanço do bolsonarismo será descartado.

O voto evangélico

43

A inexistência de entrevistas a evangélicos trata-se de um problema da produção. Dado que, aproximadamente 21 milhões de fiéis pertencentes a denominação votou no ex-deputado (ALMEIDA, 2019, p.183). Segundo José Eustáquio Alves (2019): “não há dúvida que o voto evangélico foi fundamental para a eleição de Jair Bolsonaro. Mesmo sendo menos de um terço do eleitorado, as lideranças evangélicas são muito atuantes na política e estão colhendo o resultado de anos de ativismo religioso na sociedade” (ECODEBATE, 2019). Embora, não seja uma categoria homogênea, nos últimos anos projetos eclesiais corporativistas essencialmente, mais conservadores, passaram a transitar com maior frequência nos espaços de poder. A antiga crença de “crente não se mete em política” assim, foi substituída aos poucos pelo slogan “irmão vota em irmão”.

A proposta encarnada por Bolsonaro veio atender principalmente, a direita cristã, como dito por José Wellington, um dos principais líderes das Assembleias de Deus: “o único candidato que fala o idioma evangélico” aquele capaz de defender um Brasil mais próximo da Bíblia que prioriza

também a família” (ÉPOCA, 2018). A afinidade cristã do ex-deputado foi traduzida em propostas de conservação dos valores morais, assimilados pela chamada família tradicional, anticomunismo, oposição a direitos LGBTQIA+ e a liberdade feminina. Bolsonaro, representando esses princípios, após a ida para o segundo turno declarou:

Boa noite, brasileiros. Primeiro, meu muito obrigado aos quase cinquenta milhões de pessoas que acreditaram em mim no último domingo. O nosso compromisso, a nossa plataforma, a nossa bandeira, baseia-se em João 8:30: **‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’**. **Meu muito obrigado às lideranças evangélicas**; ao homem do campo, quer que seja do agronegócio, quer que seja da agricultura familiar. Obrigado caminhoneiros. Obrigado, policiais civis e militares, integrantes das forças armadas. Obrigado, **família brasileira, que tanto clama para que seus valores sejam respeitados**. E mais ainda, que a inocência da criança em sala de aula esteja acima de tudo. Muito obrigado em especial à região Nordeste, que apesar de eu ter perdido lá, nunca alguém que fez oposição ao PT teve uma votação tão expressiva como eu tive. (BOLSONARO, 2018). (Grifos nossos).

As articulações religiosas, sociais e culturais do atual presidente enquadram-se em um atual movimento de expansão no número de evangélicos e avanço da nova direita no país. Sua associação com ambas as condições serviu a conter uma suposta ameaça comunista e ataques culturais a dita família tradicional. Nesse ambiente de conjunturas caóticas, tornou-se certamente o presidente “mais próximo da imagem que os evangélicos mantêm deles próprios, de suas esperanças e do ideal de felicidade terrena”. (CAMPOS, 2019, p.368)

44

Ausência da categoria evangélica

Os caminhos apresentados ao longo do documentário, dialogam com as incertezas do século XXI, apontada por pensadores como a era do pós-modernismo. Na formação, da modernidade em torno de 1500 prevaleceu inicialmente, um sentimento de otimismo frente aos avanços científicos. Todavia, com o surgimento das Grandes Guerras tudo que era sólido passou a desmanchar no ar, o sonho compartilhado coletivamente é estilhaçado, e já no século XX o “eu” – indivíduo - recebe novas proporções. As relações interpessoais e sociais deixam de fornecer suporte seguro a determinação da identidade, conseqüentemente há profundas mudanças nas formas de representação política.

A repórter Juliana Droghetti acompanha apoiadores que agem no coletivo em torno de Bolsonaro, no entanto, segundo o documentário as preferências desses eleitores perpassariam seus

próprios valores individuais. Entende-se valores, como conjunto de crenças que definem as escolhas pessoais, em outras palavras são a lente a qual o sujeito compreende a si mesmo e o mundo. Dessa maneira, Mauricio Severo é um dos entrevistados da produção, motorista de Uber na cidade de Viamão Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Momentos antes da exibição de sua fala, a Vice Brasil opta por exibir imagens de uma reportagem da TV Senado, na qual Bolsonaro diz não se sentir incomodado ao ser chamado de homofóbico.

A intenção de apresentar a fala segundos antes da entrevista, é evidenciar certa incoerência no posicionamento de Severo. Gay e pró-Bolsonaro, caminha olhando para baixo, enquanto conversa com a repórter pelas ruas da cidade em um cenário audiovisual informal, em sua feição observamos um possível desconforto com relação aos tópicos da conversa. No minuto 14:50 declara: “É difícil achar gays que compactuam com a minha ideia, com a minha forma com a minha visão sobre tudo isso, tanto que eu não tenho amigos gays por isso, meus amigos 99% são héteros”.

O distanciamento do grupo LGBTQIA+, aos projetos protagonizados por Bolsonaro ocorre, sobretudo, a partir de 2011. Na Câmara dos Deputados ele passa a atuar ativamente, nas questões comportamentais:

Ele passa a dar destaque ao que chama de “**defesa da família tradicional**”, que ao seu ver seria ameaçada pelo **casamento gay, pelo material escolar do governo do PT** “que incentiva as crianças a serem homossexuais” e até pela “lei menino Bernardo” (lei 13 010/2014), que pune castigos físicos e maus tratos contra as crianças, a qual Bolsonaro, tiraria a autonomia dos pais. **É como defensor dessa agenda que ele estabelece as primeiras conexões com a bancada religiosa e conservadora da Câmara dos Deputados** (NICOLAU, 2020, p.76). (Grifos nossos).

Entretanto, o registro audiovisual não menciona nenhuma conexão entre as falas de Severo e as medidas políticas defendidas por um grupo cristã neoconservador, optando por apresentá-lo como um caso discrepante.

À medida que, a entrevista discorre observamos que há um uso recorrente dos planos cinematográficos: americano e conjunto¹, porém no minuto 15:10 temos um plano *close-up* dos braços de Severo, enquanto a câmera o filma de forma não frontal ele afirma: “Os próprios gays são extremistas, e eu na comunidade LGBT sou visto com gay homofóbico pelo fato de eu ter essa

¹ O plano americano enquadra a pessoa aproximadamente dos joelhos para cima. Enquanto, o plano conjunto assemelha-se ao plano geral, porém aproxima-se mais do objeto de filmagem, se o objeto for uma pessoa por exemplo, todo o corpo dele estará à vista, mas não preencherá a tela.

ideia firme. Homem tem que ser homem, mulher tem que ser mulher, indiferente do sexo que se relacione”. A linguagem audiovisual do *close-up* também chamado de primeiro plano permite estranhamente, manter o indivíduo distante, mesmo durante a conversa cara a cara.

O *close-up* desloca o objeto do olhar, fragmenta-o e esculpe-o fora de seu meio [...] o *close-up* leva a uma parada no fluxo da narrativa, gerando uma imagem quase estática [...] combinando com o efeito de isolamento e abstração do impacto da escala na tela do cinema, o *close-up* é dotado de uma força de interpelação, ele insiste, chama e direciona a atenção do espectador. (BEUGNET, 2007, p.90)

Na construção narrativa do documentário, a preferência por expor os comentários de Bolsonaro nos momentos anteriores à entrevista analisada e o *close-up* na fala de Severo sobre o comportamento de homossexuais, tem por finalidade apresentá-lo como indivíduo conflitante.

O Brasil, contudo, já acompanha outros países e possui correntes de evangélicos progressistas que se mobilizam para defender a igualdade de gênero e se contrapor à mercantilização da fé nas grandes igrejas, como é o caso da Aliança Nacional LGBTI+. Congruente as posições desses grupos, resultados de pesquisas coordenadas por professores da USP e Unifesp em 2017 durante o evento Marcha para Jesus², confirmam certa tolerância por parte de cristãos as chamadas questões comportamentais. Com base em 484 entrevistas, e com margem de erro de 4,5%, o estudo relevou: “um grupo entre 20% e 30% que concordou com afirmações [...] como direito ao aborto (21%), reconhecimento de famílias gays (33%), o direito de dois homens se beijarem em público (35%)” (EL PAÍS, 2017).

Portanto, “ao contrário do que poderia apontar o senso comum, as opiniões desses fieis têm mais matizes com respeito à questão de gênero e de direitos das minorias LGBT do que o alinhamento fechado da influente bancada evangélica no Congresso” (EL PAÍS, 2017). A perspectiva sobre comportamentos morais vem mudando, particularmente em igrejas cristãs urbanas e mais escolarizadas, já na metade do século XX instituições protestantes históricas da Europa e Estados Unidos contavam com indivíduos da comunidade LGBTQIA+, embora distante de uma conjuntura nacional, aos poucos essa vêm sendo alterada.

A posição de Mauricio Severo reflete a importância de se compreender os valores individuais, indicadores que revelam mais a identidade do sujeito do que o grupo social o qual

² No site do evento ele é descrito pelo seu presidente e também apóstolo Estevam Hernandes como a Marcha que representa a união das pessoas e a comunhão de todos que acreditam em Jesus.

pertence. Nos avanços políticos da pós-modernidade, a Vice Brasil aponta os votantes do atual presidente como incoerentes e que se encontram em realidade paralela, a ausência de registrar a relação entre a base do movimento bolsonarista e os temas associados ao campo da direita cristã é uma das razões que contribuem para diagnósticos do tempo presente de maiores limitações.

Conclusão

Na contemporaneidade, há um declínio acelerado no número de católicos e uma ascensão por parte de evangélicos, religião historicamente marginalizada no país, mas que hoje tornou-se *mainstream*³. Esse *mainstream* acompanha a presença de evangélicos cada vez maior na mídia, cultura e política, além de desempenharem um novo papel de destaque no atual governo. Deste modo, a falta de um entendimento de maior complexidade em torno dos seguidores de Bolsonaro, enviesa uma cobertura jornalística acerca do assunto de maneira leviana. As mudanças legislativas ocorridas em 2018, reunidas em torno de um candidato que se aproveitou de um crescimento evangélico e de movimentos de direita no país, sucedeu em um presidente como um fenômeno para além do ímpar, mas também político e religioso.

A Vice Brasil, faz bem em tentar compreender os motivos que levam o apoio incondicional ao presidente, exibindo um perfil que a grande mídia finge não existir, a de minorias que o apoiam, mas pecam na abordagem audiovisual e política de apresentá-los, reduzindo o votante a contrassensos. Conclui-se que documentário se afasta de assimilar o vínculo entre o movimento bolsonarista e o discurso evangélico mais conservador, assim é necessária uma leitura do atual jogo político que fuja “de uma interpretação mecanicista, ou seja, de tratar elementos isolados como anticomunismo e nacionalismo partidário como categorias únicas para pensar a nova direita brasileira e latino-americanas”. (BOISARD, 2014; MOTTA, 2002).

47

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. “Deus acima de todos”. Abranches, S. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

³ Expressão retirada do artigo do cientista político Sébastien Fath (2020) “Das margens do mainstream: desafios sociais da ascensão evangélica uma comparação transamericana”. O conceito é definido pela dominância e divulgação de uma corrente cultural ou ideológica.

ALVES, José Eustáquio. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ALVES, José Eustáquio. As mulheres evangélicas pobres e a eleição de Bolsonaro. *EcoDebate*, 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/03/06/as-mulheres-evangelicas-pobres-e-a-eleicao-de-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>, 06/03/2019. Acesso em: 07 de jul.2022.

ANDRENALINE. “Youtube decide não mostrar mais a contagem de Dislikes em vídeos”, 10/11/2021. Disponível em: <https://adrenaline.com.br/noticias/v/71948/youtube-decide-nao-mostrar-mais-a-contagem-de-dislikes-em-videos>. Acesso em: 07 de jul. 2022.

AUBRÉE, Marion. La vision de la femme dans la “constellation” pentecôtiste. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n.35/36, p. 231-246, 1998.

BEUGNET, Martine. *Cinema and Sensation: French Film and the Art of Transgression*. Carbondale: Southern Illinois Press, 2007.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *Varia História*, v. 30, n. 52, p. 85-100, 2014.

BOLSONARO, Jair. Entrevista programa Jornal Nacional da Rede Globo de televisão em 8/10/2018. Jornal Nacional, 2018.

BRUZZONE, Andrés. *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Bolsonaro – mito político ou líder carismático?. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUÉ, José Luiz Pérez (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Stiftung, 2019.

EL PAÍS. “Marcha para Jesus não confia nos políticos e defende respeito aos homossexuais nas escolas”, 18/06/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/politica/1497624155_222166.html. Acesso em: 07 de jul. 2022.

ÉPOCA. “Como Bolsonaro se tornou candidato dos evangélicos”, 06/10/18. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 07 de jul.2022.

FATH, Sébastien. Das margens ao mainstream: desafios sociais da ascensão evangélica – uma comparação transamericana. *Debates do NER*, Porto Alegre, v.1, n.37, p.15-45, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *A Nova Obscuridade*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999.

MAITINO, Martin Egon. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural: Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP*, v. 25, n. 1, p. 11-92, 2018.

MCLUHAN, Marshall. *The Medium is the Message: na Inventory of Effects*. Harmondsworth, Penguin Books, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ORO, Ari Pedro. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. *Debates do NER*, Porto Alegre, v.1, n. 37, p. 69-92, 2020.

SENADONOTICIAS. “Redes sociais influenciam voto de 45% da população indica pesquisa do DataSenado”, 12/12/2019. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em: 05 ago. 2022.

**Do Queijo das Críticas aos Vermes da Inquisição: a vivência e as ideias heréticas de
Domenico Scandella**
**From Criticism's Cheese to the Inquisition Worms: Domenico Scandella's experience and
heretical ideas**

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Lucas Barroso Rego
Bacharelando em História (UFRJ)

Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima Nyland
Especialista (UNIMAR)

O queijo e os vermes (2006) narra a história de Domenico Scandella, um moleiro friulano que foi queimado vivo por ordem do Santo Ofício, após uma vida de total anonimato. Sendo um exemplo italiano de micro-história, o livro representa um micro-universo de um dos processos abertos pela Inquisição em Friuli. A presente resenha, portanto, objetiva apresentar, a partir da faceta da micro-história, a vivência e as ideias de Scandella.

50

A obra foi escrita por Carlo Ginzburg, historiador italiano conhecido por seu pioneirismo na micro-história¹. O pensador já lecionou nas universidades de Bolonha (Itália), Harvard (Estados Unidos), Yale (Estados Unidos), Princeton (Estados Unidos) e Califórnia (Estados Unidos). Também foi um importante ativista pela abertura dos arquivos da Inquisição pelo Vaticano, chegando a escrever diversas cartas ao papado, que, em 1998, reconheceu a relevância de sua

¹ A perspectiva micro-histórica surgiu no decorrer dos anos de 1970, a partir de um conjunto de proposições e questões formuladas por um pequeno grupo de historiadores italianos em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie*, dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. As experiências heterogêneas desses pensadores propiciaram o confronto entre suas experiências, concepções e abordagens, o que foi fundamental para a emergência de reflexões, interrogações e formulações sobre a produção histórica contemporânea. Nessa direção, segundo Revel (1998), não existe um texto fundador ou um mapa teórico da micro-história, ainda que Ginzburg (1989) tenha tido a ambição de fundar um novo paradigma histórico. A heterogeneidade das investigações dos pensadores italianos em torno da revista e da coleção supracitadas construíram as bases da abordagem empírica da micro-histórica, que não constitui uma escola, uma disciplina autônoma ou um corpo unificado de proposições. “[...] A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de *sintoma historiográfico*” (REVEL, 1998, p. 16, grifo nosso). Um sintoma detectado em meio à crise de confiança nas grandes narrativas do final do século XX, no qual a proposição micro-histórica passou a ser tida como meio preciso de (re)formulação. A micro-história estrutura-se, assim, na concepção de que uma escala particular de observação produz efeitos e estratégias de conhecimento, bem como alterações significativas em sua forma e trama. Mudando a escolha das escalas de observação, seria possível transformar o próprio conteúdo daquilo que é representado e, por conseguinte, analisado.

reivindicação.

Escrito no século passado, o livro surgiu a partir de uma investigação do autor no Arquivo da Cúria Episcopal, em Udine, que armazena um farto acervo de documentos inquisitoriais, à época, ainda inexplorado. Em uma outra investigação sobre julgamentos de uma determinada seita em Friuli, publicada em Ginzburg (1979), o autor encontrou uma outra sentença de outro processo que atraiu sua curiosidade, cujo réu era acusado de sustentar que o mundo teria sido originado na putrefação.

Assim, surgido por acaso, *O queijo e os vermes* (2006), em sua pretensão de ser um escrito histórico, narra a história do acusado: Domenico Scandella, chamado Menocchio. Para a escrita da obra, Ginzburg (2006) teve acesso a documentação de dois processos, espaçados por quinze anos, abertos contra ele, que elucidaram acerca de suas ideias, sentimentos, fantasias e aspirações. O historiador também acessou outros documentos e até páginas escritas pelo próprio Menocchio, que ajudaram no processo de evidência de suas atividades econômicas, da vida dos seus filhos e de suas leituras. A perspectiva utilizada é a da micro-história, que possibilita a humanização de sujeitos históricos, como visto em torno da narrativa de sua trajetória. Com isso, foi possível reconstruir a trajetória de vida desse personagem.

Domenico Scandella nasceu no ano de 1532, em Montereale, uma pequena aldeia nas colinas de Friuli, localizada a 25 km de Pordenone. Viveu em Montereale ao longo de sua vida, exceto por dois anos (1564 a 1565), quando, após uma briga em uma vila em Arba, foi punido com desterro. Em sua aldeia de origem, vivia em boas condições de vida e alegava desempenhar funções de carpinteiro, marceneiro, pedreiro e, sobretudo, moleiro, no qual usava as vestimentas tradicionais do ofício, como veste, capa e capuz de lã branca. Viveu na época da Reforma Católica, momento de tentativa de reafirmação da Igreja Católica, em que prevaleciam a repressão à heresia.

Segundo Ginzburg (2006), a região de Friuli na segunda metade do século XVI era habitada por uma sociedade com características fortemente arcaicas, com uma preponderância social da nobreza feudal e com conservação da servidão até o século passado. Possuía uma estrutura dicotômica estamental. O antigo Parlamento medieval continuava com suas funções legislativas. No início do século XVI, Friuli foi palco de conflitos no interior da nobreza entre os que eram e os que não eram favoráveis à Veneza, o que afetou a sociedade e exigiu que os venezianos tomassem atitudes. Entre meados do século até o XVII, a economia encontrava-se em um estado de

desagregação, principalmente por epidemias e pelo êxodo em massa

Em Montereale, Menocchio, que sabia ler, escrever e somar, chegou a desempenhar importantes cargos, como no magistrado, em 1581, na coleta de dízimos e na administração paroquial. Para ser escolhido para o último cargo, é possível que tenha frequentado, ao menos, uma escola pública de nível elementar, possivelmente, em Aviano ou em Pordenone. A partir dessa informação, é importante salientar como a posição social estava condicionada ao letramento, ainda mais em uma sociedade fortemente arcaica, como era Friuli no século XVI.

Em sua região de origem, Scandella propagava seus pensamentos próprios acerca da ideia de sujeito e da religião. Em ruas e tavernas, Menocchio dizia não acreditar que o Espírito Santo governasse a Igreja e, recorrentemente, expunha suas críticas à dominação dos padres, à legitimidade da hierarquia eclesiástica, à ordenança sacerdotal e à opressão do clero aos pobres.

Em uma linguagem densa e metafórica, tecia críticas porque, segundo sua visão, percebia uma opressão perpetrada pela Igreja. O próprio moleiro afirmava que se o Espírito Santo de Deus habitava nele, então, era mais que digno de criticar a instituição católica e suas ações tidas como de dominação. De acordo com sua interpretação, blasfemar não seria um pecado, mas sim uma ação legítima e necessária. Aqui é válido pontuar a presença de um humanismo que permeava suas considerações. Em suas ideias, é notório também a presença de influências das Reformas Protestantes, mas não só.

Ginzburg (2006) procura entender possíveis relações entre os discursos críticos de Domenico Scandella e o precedente religioso, político e social aberto pelos grupos conectados à Reforma Protestante. Mesmo não sendo um defensor do batismo para os adultos, a eclesiologia de Menocchio, segundo o autor, remete às posições radicais dos anabatistas em alguns pontos específicos, como, por exemplo, a insistência na simplicidade do Evangelho, a preferência pela pobreza em detrimento da luxúria da Igreja, a negação dos sacramentos, a prevalência da prática e a exaltação da tolerância. Ainda que houvesse similaridades, o moleiro, todavia, não pode ser tido como um anabatista, posto que havia noções divergentes entre eles acerca das Escrituras, da missa, da eucaristia e da confissão.

Nesse caminho, Menocchio, em suas críticas à dominação clerical, apontava a opressão linguística praticada pela Igreja Católica como uma das mais determinantes na relação entre pobres e ricos na Europa em seu período, tida como uma “exploração geral” (GINZBURG, 2006, p. 41).

De acordo com sua percepção, a obrigatoriedade do latim, enquanto uma língua incompreensível, impunha dificuldades à plena compreensão e percepção de discursos voltados às camadas pauperizadas. Em sua opinião, “[...] falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras, têm que ter um advogado” (*apud* GINZBURG, 2006, p. 41).

Além disso, o moleiro tecia duras críticas a um processo de mercantilização da Igreja. Com exceção de sua interpretação heterodoxa da missa, do sacramento do altar e das penitências - entendidos como criações divinas diretas e “meios de civilidade” -, Menocchio criticou diversos rituais e dogmas católicos. Segundo sua visão, os sacramentos, inclusive o batismo, a crisma, o casamento, a ordenação, a extrema-unção, a confissão, a santa ceia e a adoração de santos e relíquias, teriam sido transformados em “mercadorias” criadas pelos homens e apropriadas pela Igreja, e tidos, por ele, como objetos da exploração católica, uma vez que já teriam sido ordenados pelo próprio Deus.

Desse modo, ainda que, em vida, falasse o básico de latim, tivesse posses e o auxílio de um advogado em seu julgamento, o discurso de Menocchio expressa, segundo Ginzburg (2006), um descontentamento, em uma lógica vasta e ampla, a exigências dogmáticas da Igreja e a sua dominação desmedida, que afetava até o modo de comunicação e de professar a fé. De acordo com suas críticas, a encarnação da opressão seria a própria hierarquia eclesiástica.

Segundo as críticas de Menocchio, a Igreja do século XIX, visando adequar-se aos pressupostos do cristianismo original, precisaria passar por reformulações estruturais, como, por exemplo, o abandono de privilégios e de exigências dogmáticas, a preferência pela simplicidade, a recusa pela riqueza decorrente da exploração, a busca pelo amor ao próximo e o incentivo ao respeito multicultural e religioso. Em seu lugar, deveriam permanecer o amor e a caridade, enquanto os verdadeiros preceitos religiosos.

Nessa direção, em um dos seus interrogatórios, exclamou que “[...] desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a Igreja não vai bem e não deveria ter tanta pompa” (GINZBURG, 2006, p. 46). Em sua visão, todos seriam iguais, porque o espírito santo de Deus habitaria em todos (GINZBURG, 2006, p. 52). Ainda em interrogatório, o moleiro chegou ainda a afirmar que acha “[...] que amar o próximo é um preceito mais importante do que amar a Deus” (GINZBURG, 2006, p. 77).

Reduzindo a religião à moralidade, o acusado reivindicava uma religiosidade prática, efetiva, comum e conectada às demandas sociais, o que o aproximava de discursos de grupos heréticos italianos. Além disso, o moleiro propagava a necessidade de uma tolerância - ou um reconhecimento explícito de equivalência de fés -, que deveria, sem dogmas, ser estendida a outras religiões e aos chamados “heréticos”. A diversidade ocupava um lugar central em seu pensamento.

Aqui, é interessante perceber como os seus questionamentos possuem certas similaridades com discursos contemporâneos. Críticos, líderes e pensadores de hoje, por exemplo, também ecoam a histórica necessidade de reformulações estruturais, como Vieira (2019) e Lancellotti (2021), o que demonstra a continuidade de práticas na Igreja que são tidas como desconectadas do cristianismo original.

Menocchio também defendia seus pontos de vista sobre teologia, doutrina religiosa, hermenêutica bíblica e hamartiologia, que divergiam das interpretações hegemônicas da Igreja. A sua cosmogonia, por exemplo, era enraizada na noção de caos originário, no qual, a partir de uma analogia, sugeria uma comparação com um queijo do qual teriam nascido vermes que seriam os anjos, rejeitando, assim, a ideia de um Deus supremo e criador único do mundo. A partir do caos, enquanto *arché*, Deus teria recebido o seu movimento de mudança e, com o auxílio dos anjos, criado, assim, a máquina do mundo.

Acerca das suas interpretações sobre as Escrituras, Ginzburg (2006) imputa-as a uma fusão entre suas leituras e uma antiga cultura oral resultante de substratos das crenças camponesas, que, mesmo sufocadas pelas elites letradas, teriam vindo à tona por meio das agitações em torno dos processos reformistas e contrarreformistas. A partir da análise de um dos micro-universos friulanos, Ginzburg (2006) tece, de forma precisa, uma teia de relações entre acontecimentos históricos, paradigmas religiosos, oralidades e literaturas, o que representa, de forma acertada, as mentalidades desse período histórico. Nessa direção, o autor apresenta como a visão de mundo do moleiro estava enraizada em uma rede interpretativa mais ampla, fundada na própria cultura oral do território da atual Itália ao longo do século XVI. Destaca-se também a presença de influências de temas da tolerância medieval e de teorizações religiosas dos heréticos humanistas de seu tempo.

Ginzburg (2006), a partir da contestação da existência de um relacionamento complicado entre Menocchio e a cultura escrita, aponta a cultura oral como base de um vasto segmento da sociedade europeia do século XVI: o campesinato. Mesmo em um contexto de difusão elitista da

imprensa e da Reforma Protestante, a cultura popular, sobretudo camponesa, da Europa pré-industrial estruturava-se a partir da oralidade, ainda que fosse sufocada pelas verdades da elites letradas. Assim, a partir de uma investigação sobre Domenico Scandella, a obra acabou desembocando em uma hipótese geral do autor sobre a cultura popular europeia

Todavia, a extraordinariedade de seus pensamentos, segundo Scandella, residia em seu próprio raciocínio e intelecto, o que o distinguia dos profetas visionários e pregadores ambulantes dos séculos XIV e XV. A leitura de obras, para além da Bíblia, foi fundamental para a construção de suas ideias.

Uma delas, emprestado por Nicola de Porcia, foi do livro *Il sogno del Caravia*, a típica voz do evangelismo italiano. Porém, também existiram muitos outros, que foram comprados ou emprestados, variando de hagiografias a antologias de contos (que são mencionados nas p. 67-70). Ginzburg (2006) cita também as obras *As viagens de sir John Mandeville*, *Legendario*, *Decameron*, *Il Fioretto della Bibbia*, *Cento novelle*. As leituras do moleiro foram descobertas por meio de um processo de busca e apreensão empreendido pelo próprio Santo Ofício.

Nesse contexto, é válido destacar não só a leitura em si, mas também a forma como ela era realizada pelo moleiro. O modo de ler de Menocchio era específico e não reproduzia meramente teses de terceiros, mas, à sua maneira, extrapolava-as. Ele possuía um considerável grau de autodidatismo e também uma grande capacidade de reelaboração. As leituras, embasamentos e interpretações que realizava de debates e textos foram determinantes para a construção de suas ideias.

Não sendo nada receptivo com ideias novas, o acusado reelaborava e reinterpretava passagens a partir de seus destaques a detalhes das narrações - às vezes por omissão, justaposição ou simplificação, às vezes por dedução extrema - e também de contextualizações a sua própria realidade, o que, de forma involuntária, acabava deformando palavras, frases e ideias do texto original. “A leitura de Menocchio era, evidentemente, parcial e arbitrária - quase uma mera procura de confirmação para idéias e convicções já estabelecidas de maneira sólida” (GINZBURG, 2006, p. 76).

Segundo as acusações do Santo Ofício, os discursos heréticos do moleiro teriam sido gerados a partir de debates religiosos com um pintor de Porcia, chamado, possivelmente, de Nicola de Melchiori. Com o pintor, teria construído suas ideias sobre a demonologia, a vida após a morte,

a mercantilização da Igreja, a hipocrisia de frades e a condenação de imagens sacras, por exemplo.

No dia 28 de setembro de 1583, Domenico Scandella foi denunciado por práticas heréticas e blasfêmicas ao Santo Ofício, com o agravante de tentativa de difusão de suas opiniões em falas, pregações e dogmatizações. Foi acusado de ser um professor de doutrina e de comportamento. Seus filhos acreditavam que o seu delator anônimo poderia ter sido o dom Odorico Vorai, pároco de Montereale, que possuía diferenças com o pai deles - e, de fato, a suspeita era verdadeira.

Com a denúncia, abriram-se investigações em Portogruaro e depois em Concórdia e Montereale. Testemunhos se proliferaram contra o acusado. O primeiro processo contra o moleiro foi registrado quando ele tinha 52 anos. Menocchio foi orientado por conhecidos a cooperar com as investigações e a apresentar-se de forma voluntária, caso fosse convocado. Também foi aconselhado a declarar insanidade e assumir a culpa.

No dia 03 de fevereiro de 1584, apresentou-se à convocação de um inquérito aberto pelo tribunal eclesiástico de Maniago. Foi vestido da indumentária tradicional de seu ofício de moleiro, portando veste, capa e capuz de lã branca. Já no dia seguinte, teve sua prisão decretada pelo inquisidor, o frade franciscano Felice de Montefalco, e foi encaminhado para os cárceres do Santo Ofício de Concórdia.

Dois dias depois, foi submetido ao seu primeiro interrogatório, complementado com outras longas sessões nos dias 16 e 22 de fevereiro, 8 de março, 28 de abril e 1 de maio. O primeiro processo terminou em 12 de maio de 1584. Já o segundo aconteceu em 1599. Nesse ano, o moleiro foi interrogado, entre tantas, nos dias 12 e 19 de julho. Os inquisidores acompanhavam os interrogatórios de forma de forma estupefata e curiosa

Após o encarceramento de Menocchio, Ziannuto, um dos seus filhos, tentou socorrer o seu pai. Para sabotar o processo, eles e seus irmãos espalharam boatos sobre uma possível loucura ou possessão demoníaca de seu pai. Todavia, mesmo com rumores sobre sua sanidade mental, o processo continuou. Além disso, seus filhos também procuraram falar com advogados, párocos e inquisidores, buscando declarações em prol do moleiro.

Mesmo sendo orientado a negar suas heresias, não negou, ainda que pedisse perdão e misericórdia. Ainda que tivesse sido aconselhado a falar pouco nos interrogatórios, não se controlava. Com o passar o tempo, até começou a seguir os conselhos dados por seus filhos e, por vezes, clamou por piedade e misericórdia aos inquisidores, porém, mesmo assim, os seus

interrogatórios ficaram famosos por suas críticas longas, agressivas e seguras à Igreja. Entre idas e vindas da justiça eclesiástica, o processo continuou. O moleiro passou por longos interrogatórios, em que os inquisidores acompanhavam as suas falas de forma estupefata e curiosa. Após dois processos inquisitórios, Menocchio foi condenado a tortura.

Com *O queijo e os vermes* (2006), Carlo Ginzburg apresenta um exemplo de sua proposta micro-histórica. A proposta da micro-história, em sua visão, seria enriquecer a análise social, tomando como base os comportamentos individuais, as relações entre indivíduos, as experiências sociais e a constituição de identidades. Assim, adota-se uma perspectiva a nível local, onde a defasagem entre categorias exógenas e endógenas é mais definida. A partir da análise dos comportamentos de indivíduos, visa-se à reconstrução das modalidades de agregação e de associação social. A construção de uma nova modalidade para a história social permite, assim, a reconstrução da complexidade, multiplicidade e diversidade das experiências sociais e individuais, como pode ser visto em torno da vivência e das ideias heréticas de Domenico Scandella.

Referências bibliográficas

57

GINZBURG, Carlo. *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. G. Einaudi, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANCELOTI, Júlio. *Amor à maneira de Deus*. São Paulo: Planeta Estratégia, 2021.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VIEIRA, Henrique. *O amor como revolução*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.